



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

# BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 6 N. 1

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO**

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

# BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 6, N. 1, março 2024

Porto Alegre, RS

|            |              |      |      |         |           |
|------------|--------------|------|------|---------|-----------|
| Bol. Trab. | Porto Alegre | v. 6 | n. 1 | p. 1-31 | mar. 2024 |
|------------|--------------|------|------|---------|-----------|

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

*E-mail:* [dee@planejamento.rs.gov.br](mailto:dee@planejamento.rs.gov.br)

*Homepage:* <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento,  
Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1,  
(2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e  
Gestão, 2019- .  
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio  
Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e  
Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>  | 4  |
| <b>1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2023</b>   | 6  |
| 1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO .....   | 6  |
| 1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL .....   | 8  |
| 1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO .....  | 11 |
| 1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS .....  | 15 |
| 1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 18 |
| <b>2 EMPREGO FORMAL: CRESCIMENTO MAIS MODERADO E ADVERSIDADES SETORIAIS</b>   | 19 |
| 2.1 O DESEMPENHO DO RS ANTE AS DEMAIS UFs E O AGREGADO DO BRASIL .....  | 19 |
| 2.2 RESULTADOS SETORIAIS: SERVIÇOS E COMÉRCIO SUSTENTAM A VARIAÇÃO POSITIVA .....   | 21 |
| 2.3 ATRIBUTOS PESSOAIS: FORTE REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES, TRABALHADORES JOVENS E INDIVÍDUOS COM ENSINO MÉDIO ..... | 25 |
| 2.4 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS E SUA DIVERSIDADE .....  | 27 |
| 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....  | 28 |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | 30 |

## SUMÁRIO EXECUTIVO

---

Na **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam-se evidências sobre o desempenho de indicadores selecionados do mercado de trabalho do Estado no quarto trimestre de 2023, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País.

Em linhas gerais, constata-se, no quarto trimestre de 2023, o arrefecimento do processo de melhora de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS, assim como de SC e do PR, ao passo que, em SP e no âmbito nacional, tal processo se mostrou menos disseminado.

Priorizando-se as comparações interanuais dos indicadores, a taxa de participação na força de trabalho, no quarto trimestre de 2023, manteve-se estável no RS (65,8%), assim como nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. O nível de ocupação, na mesma referência comparativa, ficou estável no Estado (62,4%), em SC e no PR, enquanto, em SP e no âmbito nacional, registrou variações positivas. Como decorrência desses comportamentos, a taxa de desocupação, no quarto trimestre de 2023, permaneceu estável no RS (5,2%), em SC e no PR, e, em SP e no País, evidenciou queda.

A incidência da desocupação de longo prazo, que corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano, no quarto trimestre de 2023, em relação ao quarto trimestre de 2022, sofreu leve redução no RS, de 28,2% para 27,8%, queda no PR, em SP e no País, e aumento em SC.

Uma medida mais ampla de subutilização da força de trabalho, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, no quarto trimestre de 2023, manteve-se estável no RS (8,9%), em SC e no PR, e, em SP e no País, na referência comparativa interanual, reduziu-se.

No que diz respeito às modalidades de inserção no mercado de trabalho, a taxa de informalidade, no quarto trimestre de 2023, apresentou estabilidade no RS, situando-se em 32,1%, assim como no PR, em SP e no plano nacional e, em SC, em termos interanuais, elevou-se.

O rendimento médio real habitual dos ocupados, na comparação do quarto trimestre de 2023 com o quarto trimestre de 2022, registrou estabilidade no RS (R\$ 3.335), no PR e em SP, enquanto, em SC e no País, teve variações positivas.

Uma medida sumária de desigualdade, o coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados, na comparação do quarto trimestre de 2023 com o quarto trimestre de 2022, teve uma leve retração no RS, de 0,4563 para 0,4552, elevou-se em SC e em SP, apresentou queda no PR e uma leve oscilação positiva no País. Ao se cotejar esse indicador no quarto trimestre de 2023 com o do quarto trimestre de 2019 — ou seja, com o de um período anterior à pandemia de COVID-19 —, as evidências foram no sentido da redução da desigualdade de rendimentos no RS, no PR, em SP e no País, e de elevação em SC.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no quarto trimestre de 2023, na referência comparativa interanual, manteve-se estável no RS (R\$ 19.404 bilhões) e no PR, ao passo que, em SC, em SP e no âmbito nacional, registrou variações positivas.

Na **seção 2**, “**Emprego formal: crescimento mais moderado e adversidades setoriais**”, atém-se ao segmento do mercado de trabalho que abarca os ocupados com vínculos formalizados de emprego e que integram o núcleo mais estruturado e protegido desse mercado, mantendo uma relação analítica mais direta com o comportamento do tecido produtivo. Os dados provêm do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e a análise prioriza o ano de 2023 e o emprego no Rio Grande do Sul, ainda que recorra a recuos à série iniciada em 2020 e contemple comparações com os resultados das demais unidades da Federação (UFs) e do agregado do País.

Em 2023, o mercado formal gaúcho foi, mais uma vez, o que teve a menor expansão (1,8%) na comparação com as outras 26 UFs. A desvantagem diante do resultado nacional, que atingiu um crescimento de 3,5%, ampliou-se, relativamente aos anos anteriores. Os demais estados da Região Sul e alguns da Região Sudeste acompanham o RS nas posições menos favoráveis desse ordenamento, em que a liderança, do ponto de vista das variações relativas,

traz UFs da Região Norte e, secundariamente, da Região Nordeste do País. Também no recorte temporal de 36 meses, entre dezembro de 2020 e dezembro último, o Rio Grande do Sul apresenta o mais modesto crescimento da Federação.

Os 47,4 mil vínculos formais de trabalho adicionais registrados no Estado, em 2023, concentraram-se fortemente nos serviços, que responderam por 92% desse resultado, expandindo em 4,0% seu estoque de trabalhadores. O comércio teve desempenho muito próximo ao do conjunto dos setores, com 1,9% de elevação, ao passo que tanto a construção (-1,3%) quanto a indústria (-1,0%) desempregaram em 2023. Dos segmentos da indústria de transformação (IT), os que maior número de postos eliminaram foram o coureiro-calçadista e o de máquinas e equipamentos, mas o sinal foi negativo em 11 deles, de um total de 24. Mesmo que se inclua esse ano negativo, são precisamente essas duas as atividades industriais que maior número de empregos geraram no Estado, quando se tomam os últimos três anos acumuladamente. Nesse recorte de tempo, nenhum segmento da IT teve retração. De qualquer forma, no intervalo de 36 meses, a indústria em seu conjunto perdeu participação na estrutura setorial do mercado formal de trabalho gaúcho, em favor, sobretudo, dos serviços.

Analisam-se, ainda, os saldos de empregos gerados no Estado a partir de três atributos pessoais dos trabalhadores admitidos e desligados, a saber: sexo, idade e escolaridade. Reencontram-se as principais tendências que vêm sendo detectadas no acompanhamento trimestral realizado neste Boletim, constatando-se que elas se acentuaram, em 2023, na comparação com os dois anos precedentes. Primeiramente, a predominância das mulheres, que responderam, em 2023, por 53,8% dos postos adicionais, bem mais do que em 2022 (50,7%) e mais do que em 2021 (52,9%). Em segundo lugar, o virtual monopólio dos muito jovens: em 2023, os menores de idade representaram mais da metade (55,1%) dos 47,4 mil vínculos de trabalho criados no Estado, enquanto os jovens entre 18 e 24 anos, nada menos do que 97,5%. A soma supera os 100%, porque é (matematicamente) compensada pela retração das quatro faixas com idades mais elevadas, a partir dos 30 anos, em que houve mais desligamentos do que admissões de trabalhadores formais. Nos dois anos anteriores, saldos negativos tinham sido registrados para as faixas a partir dos 50 anos apenas. Situação análoga é verificada quando se trata da escolaridade: em 2023, a dominância da faixa com ensino médio completo ou incompleto na formação dos saldos também se acentuou, e a expansão desse grupo superou numericamente o saldo total, verificando-se retração no número absoluto de trabalhadores, não apenas com ensino fundamental completo ou menos, mas também com ensino superior completo (o que não se havia registrado nos anos anteriores).

Por fim, consolidam-se as informações municipais de modo a compor os desempenhos do emprego nas nove Regiões Funcionais (RFs) do Estado, revelando-se uma dispersão muito acentuada de seus resultados, os quais se distribuíram entre 0,6%, tanto na RF 2 (dos Vales) quanto na RF 7 (Noroeste), e os 3,9% registrados na RF 9 (Norte).

# 1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO QUARTO TRIMESTRE DE 2023<sup>1</sup>

Como foi mostrado em números anteriores deste Boletim, no segundo e no terceiro trimestre de 2020 — pior momento da pandemia de COVID-19 para a atividade econômica, que foi agravado por uma severa estiagem —, o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul passou por uma intensa deterioração, com a taxa de desocupação atingindo o seu maior nível na série temporal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2021). Ao longo de 2021, com a recuperação econômica no Estado (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2022), o mercado de trabalho apresentou sinais favoráveis em alguns de seus principais indicadores, com a relevante exceção dos rendimentos dos ocupados, os quais, nesse contexto, foram negativamente afetados pela aceleração inflacionária. Em 2022, não obstante os efeitos adversos sobre a economia gaúcha de uma nova estiagem (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2023a), as evidências foram no sentido da continuidade do processo de melhora do mercado de trabalho estadual, com a taxa de desocupação, do quarto trimestre de 2022, tornando-se a segunda menor da série temporal da PNAD Contínua. Já no período recente, em 2023, em um contexto de modesto ritmo de crescimento da atividade econômica no RS (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2023b), o mercado de trabalho gaúcho manifestou, desde o terceiro trimestre de 2023, sinais claros de arrefecimento de seu processo de melhora.

Nesta seção, elaborada com dados da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), objetiva-se apresentar evidências sobre o desempenho de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Estado no quarto trimestre de 2023, em perspectiva comparada com os dos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País. Com indicadores selecionados do mercado de trabalho no período sob análise, são feitas, também, comparações do RS com todas as unidades da Federação (UFs). Assim, a presente seção está estruturada em quatro subseções: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; e rendimentos dos ocupados.

## 1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

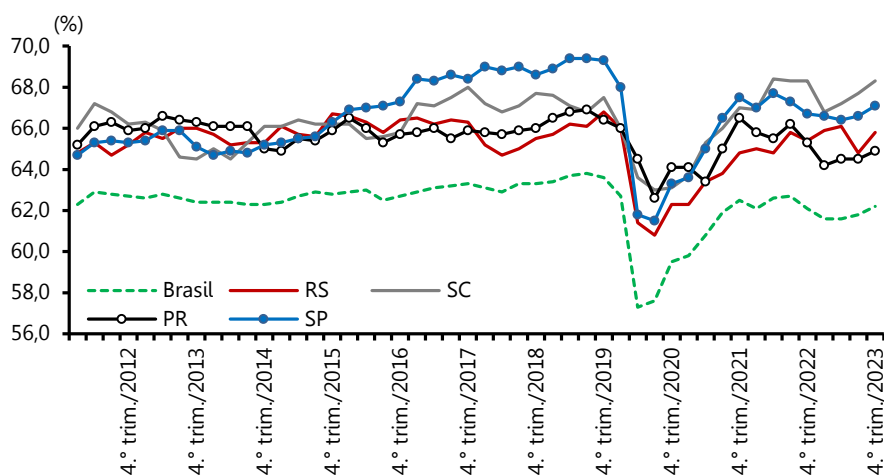
Examinando-se o mercado de trabalho sob a ótica da oferta de força de trabalho (FT), a taxa de participação na força de trabalho (TPFT)<sup>2</sup>, no RS, havia evidenciado, no terceiro trimestre de 2023, uma interrupção de seu processo de recuperação. Já no quarto trimestre de 2023, a TPFT, no Estado, situou-se em 65,8%, com incremento de 1,0 ponto percentual em relação ao trimestre imediatamente anterior (**Gráfico 1**). No quarto trimestre de 2023, na margem, o indicador manteve-se estável em SC (68,3%), no PR (64,9%) e em SP (67,1%), enquanto, no País, se elevou para 62,2%, situando-se 0,4 ponto percentual acima do alcançado no trimestre anterior. Na referência comparativa interanual, no quarto trimestre de 2023, a TPFT permaneceu estável tanto no RS quanto nos demais estados da Região Sul, em SP e no País. Por meio das evidências contidas no Gráfico 1, pode-se ainda constatar que, no RS, assim como no PR, em SP e no País, a TPFT do quarto trimestre de 2023 se encontrava em nível inferior ao do quarto trimestre de 2019, ou seja, ao de um período anterior ao início da pandemia de COVID-19; a de SC, de forma distinta, havia ultrapassado o nível do indicador naquele período.

<sup>1</sup> Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 29 de fevereiro de 2024.

<sup>2</sup> A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.



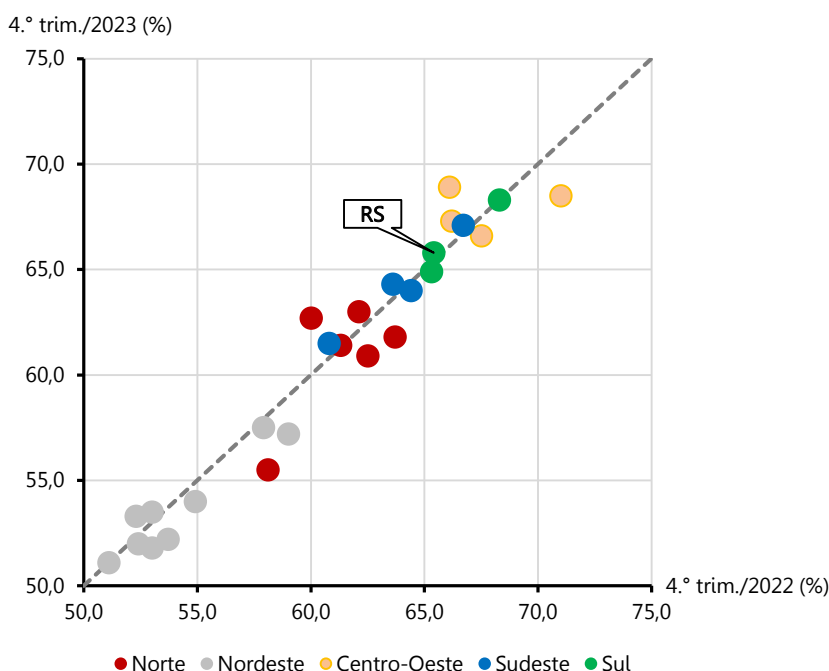
**Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

No que diz respeito à evolução da posição relativa da TPFT do RS ante todas as UFs, ela pode ser conhecida através das evidências apresentadas no **Gráfico 2**. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT do quarto trimestre de 2022 é medida no eixo horizontal, e a do quarto trimestre de 2023, no eixo vertical. Assim, cada um dos 27 pontos no Gráfico 2 corresponde a uma UF e contém duas observações do indicador sob análise. Quanto mais à direita os pontos se situarem no gráfico, maior será a TPFT da UF no quarto trimestre de 2022, e, quanto mais acima estiverem, maior será no quarto trimestre de 2023. Como se pode constatar no Gráfico 2, o RS detinha a sétima maior TPFT tanto no quarto trimestre de 2022 quanto no quarto trimestre de 2023, uma vez que há seis pontos mais à direita e acima do ponto que representa o Estado: os das quatro UFs da Região Centro-Oeste, o de SC e o de SP.

**Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2022 e 4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

O contingente de pessoas na FT, no quarto trimestre de 2023, na margem, registrou variação positiva de 1,6% no RS, tendo passado de 6.174 mil para 6.273 mil pessoas (**Tabela 1**). Nessa mesma referência comparativa, também evidenciou variações positivas em SC (1,5%), em SP (1,0%) e no País (0,8%), enquanto, no PR, permaneceu estável.

Ao se cotejar o quarto trimestre de 2023 com o quarto trimestre de 2022, o contingente de pessoas na FT manteve-se estável no RS e no PR e apresentou variações positivas em SC (1,9%), em SP (1,7%) e no País (1,0%). Pode-se ressaltar ainda que o tamanho absoluto da FT do RS, no quarto trimestre de 2023, era o mesmo do quarto trimestre de 2019, período que antecedeu a pandemia de COVID-19, ao passo que, em SC, no PR, em SP e no País, os respectivos contingentes de pessoas na FT haviam superado os daquele período.

**Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

| DISCRIMINAÇÃO       | FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas) |                |                |                |                |                | VARIÇÃO %                        |                                  |
|---------------------|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
|                     | 4.º Trim./2019                    | 4.º Trim./2020 | 4.º Trim./2021 | 4.º Trim./2022 | 3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>4.º Trim./2022 |
| <b>Brasil</b> ..... | 107.418                           | 101.637        | 107.758        | 107.942        | 108.154        | 109.066        | (1)0,8                           | (1)1,0                           |
| RS .....            | 6.274                             | 5.863          | 6.173          | 6.240          | 6.174          | 6.273          | (1)1,6                           | 0,5                              |
| SC .....            | 3.983                             | 3.790          | 3.987          | 4.116          | 4.131          | 4.193          | (1)1,5                           | (1)1,9                           |
| PR .....            | 6.122                             | 6.040          | 6.249          | 6.198          | 6.188          | 6.249          | 1,0                              | 0,8                              |
| SP .....            | 26.029                            | 24.246         | 26.039         | 25.892         | 26.061         | 26.320         | (1)1,0                           | (1)1,7                           |

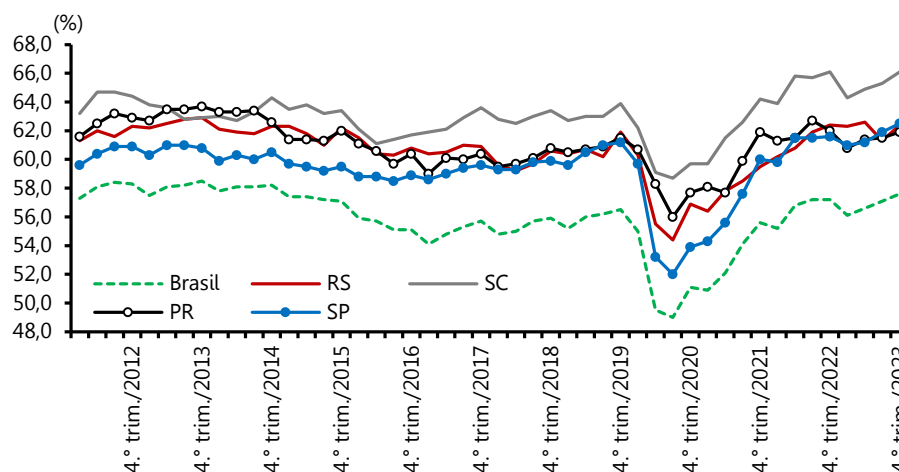
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

## 1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

O nível de ocupação (NO)<sup>3</sup> havia interrompido o seu processo de recuperação no RS, no terceiro trimestre de 2023, após ter registrado nove variações interanuais positivas. No quarto trimestre de 2023, na margem, o NO evidenciou variação positiva no Estado, tendo passado de 61,3% para 62,4% (**Gráfico 3**). Nessa mesma referência comparativa, o indicador também se elevou em SC (de 65,3% para 66,1%), em SP (de 61,9% para 62,5%) e no âmbito nacional (de 57,1% para 57,6%), enquanto, no PR, permaneceu estável em 61,9%. Na base comparativa interanual, no quarto trimestre de 2023, o NO manteve-se estável no RS e nos demais estados da Região Sul, ao passo que, em SP e no País, registrou variações positivas de 0,9 e de 0,4 ponto percentual respectivamente. Pode-se ainda constatar que o NO do RS e os de suas referências comparativas selecionadas, no quarto trimestre de 2023, se situavam em níveis superiores aos do quarto trimestre de 2019, período que antecedeu o início da pandemia de COVID-19.

**Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2023**

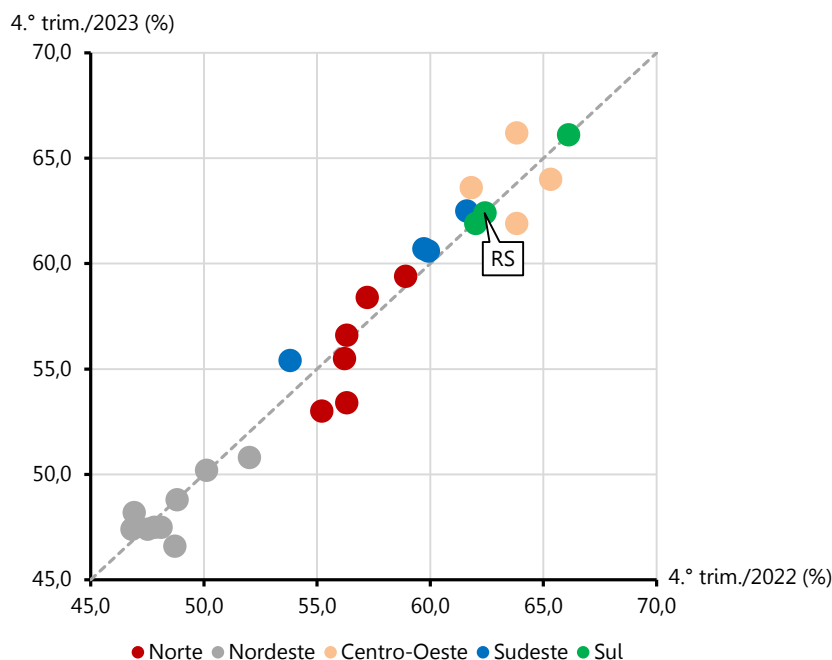


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

<sup>3</sup> O nível de ocupação é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

A evolução recente da posição relativa do RS ante a totalidade das UFs, no que se refere ao patamar do NO, pode ser identificada por meio do **Gráfico 4**<sup>4</sup>. Segundo as evidências contidas nesse gráfico de dispersão, no quarto trimestre de 2022, o RS possuía o quinto maior NO, sendo superado por MT, DF, MS e SC, os quais se situavam, no eixo horizontal, à direita da posição do Estado. Por sua vez, no quarto trimestre de 2023, o RS passou a deter o sexto maior NO: situavam-se, no eixo vertical, acima da posição do Estado, GO, MS, MT, SP e SC.

**Gráfico 4 - Nível de ocupação, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2022 e 4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

O número absoluto de ocupados registrou variação positiva de 1,8% no RS, no quarto trimestre de 2023, em relação ao trimestre anterior, tendo passado de 5.843 mil para 5.948 mil ocupados (**Tabela 2**). Esse contingente também evidenciou, na mesma referência comparativa, variações positivas em SC (1,9%), em SP (1,3%) e no plano nacional (1,1%); já no PR, permaneceu estável. Ao se cotejar o quarto trimestre de 2023 com o quarto trimestre de 2022, o número absoluto de ocupados manteve-se estável no RS e no PR, e, em SC, em SP e no País, registrou variações positivas de 1,9%, 2,5 e de 1,6% respectivamente.

**Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

| DISCRIMINAÇÃO       | OCUPADOS (1.000 pessoas) |                |                |                |                |                | VARIÇÃO %                        |                                  |
|---------------------|--------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
|                     | 4.º Trim./2019           | 4.º Trim./2020 | 4.º Trim./2021 | 4.º Trim./2022 | 3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>4.º Trim./2022 |
| <b>Brasil</b> ..... | 95.515                   | 87.225         | 95.747         | 99.370         | 99.838         | 100.985        | (1)1,1                           | (1)1,6                           |
| RS .....            | 5.819                    | 5.356          | 5.673          | 5.951          | 5.843          | 5.948          | (1)1,8                           | 0,0                              |
| SC .....            | 3.767                    | 3.585          | 3.815          | 3.983          | 3.984          | 4.059          | (1)1,9                           | (1)1,9                           |
| PR .....            | 5.671                    | 5.432          | 5.814          | 5.879          | 5.902          | 5.955          | 0,9                              | 1,3                              |
| SP .....            | 23.014                   | 20.657         | 23.142         | 23.906         | 24.199         | 24.515         | (1)1,3                           | (1)2,5                           |

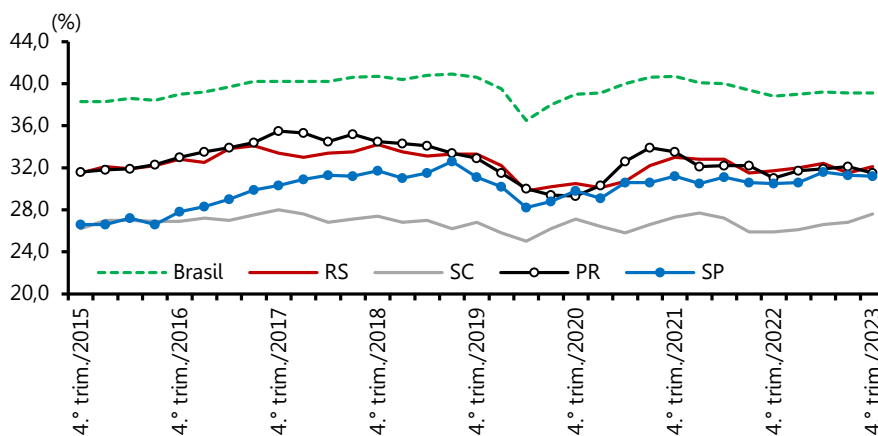
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

<sup>4</sup> A interpretação das evidências do Gráfico 4 é feita de forma análoga àquela do Gráfico 2.

No que diz respeito à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade (TI)<sup>5</sup>, no quarto trimestre de 2023, na margem, manteve-se estável no RS, em 32,1%, assim como em SC (27,6%), no PR (31,5%), em SP (31,2%) e no âmbito do País (39,1%) — **Gráfico 5**. Na referência comparativa interanual, no quarto trimestre de 2023, a TI também ficou estável no RS, no PR, em SP e no País, ao passo que, em SC, teve aumento de 1,7 ponto percentual.

**Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-4.º trim./2023**

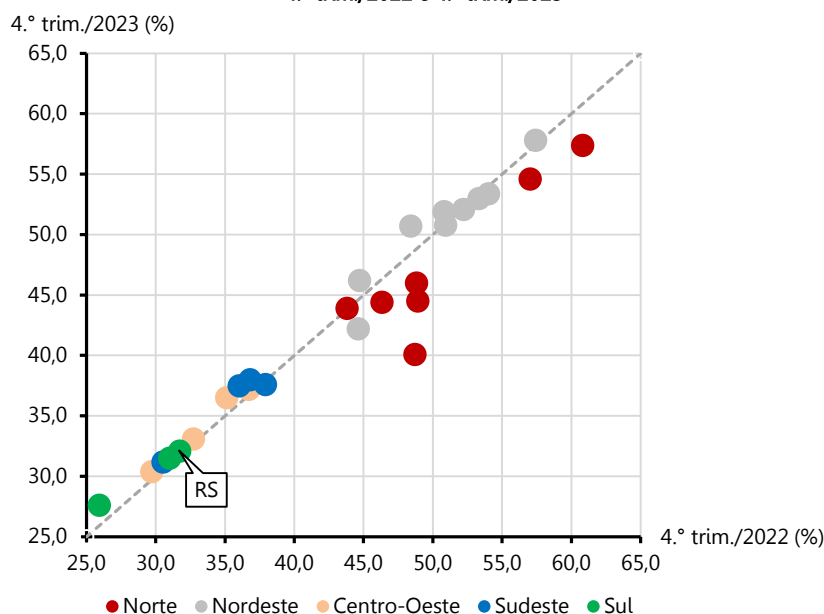


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

A evolução da posição relativa do RS diante de todas as UFs, em termos do nível da TI, pode ser conhecida por meio das evidências expostas no **Gráfico 6**. Nesse gráfico de dispersão, a TI do quarto trimestre de 2022 é medida no eixo horizontal, e a do quarto trimestre de 2023, no eixo vertical. De acordo com o que se pode constatar no Gráfico 6, o RS manteve a quinta menor TI em ambos os trimestres, uma vez que há quatro pontos à esquerda e abaixo da posição do Estado, que correspondem ao PR, SP, DF e SC.

**Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2022 e 4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

<sup>5</sup> De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

O contingente de ocupados informais, no quarto trimestre de 2023, em relação ao trimestre anterior, evidenciou variação positiva de 3,8% no RS, tendo passado de 1.842 mil para 1.911 mil ocupados (**Tabela 3**). Assim, nessa base comparativa, ele representou 65,7% do acréscimo do número total de ocupados no RS. No quarto trimestre de 2023, na margem, o contingente de ocupados informais também registrou variações positivas em SC (4,8%) e no País (1,3%), enquanto, no PR e em SP, ficou estável. Já na referência comparativa interanual, no quarto trimestre de 2023, o número absoluto de ocupados informais manteve-se estável no RS e no PR e evidenciou variações positivas em SC (8,4%), em SP (2,9%) e no País (2,5%). Assinale-se, ainda, que, no quarto trimestre de 2023, o contingente de ocupados informais, no RS, estava em patamar levemente inferior ao do quarto trimestre de 2019, que corresponde àquele que antecedeu a pandemia de COVID-19, o que não se verifica para os demais estados da Região Sul, SP e o País.

**Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

| DISCRIMINAÇÃO       | OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas) |                |                |                |                |                | VARIÇÃO %                        |                                  |
|---------------------|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
|                     | 4.º Trim./2019                     | 4.º Trim./2020 | 4.º Trim./2021 | 4.º Trim./2022 | 3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>4.º Trim./2022 |
| <b>Brasil</b> ..... | 38.756                             | 34.052         | 38.945         | 38.554         | 39.033         | 39.533         | (1) 1,3                          | (1)2,5                           |
| RS .....            | 1.936                              | 1.633          | 1.874          | 1.889          | 1.842          | 1.911          | (1) 3,8                          | 1,2                              |
| SC .....            | 1.009                              | 973            | 1.042          | 1.032          | 1.068          | 1.119          | (1) 4,8                          | (1)8,4                           |
| PR .....            | 1.865                              | 1.591          | 1.950          | 1.825          | 1.897          | 1.875          | -1,2                             | 2,7                              |
| SP .....            | 7.163                              | 6.148          | 7.225          | 7.301          | 7.577          | 7.660          | 1,1                              | (1)4,9                           |

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.

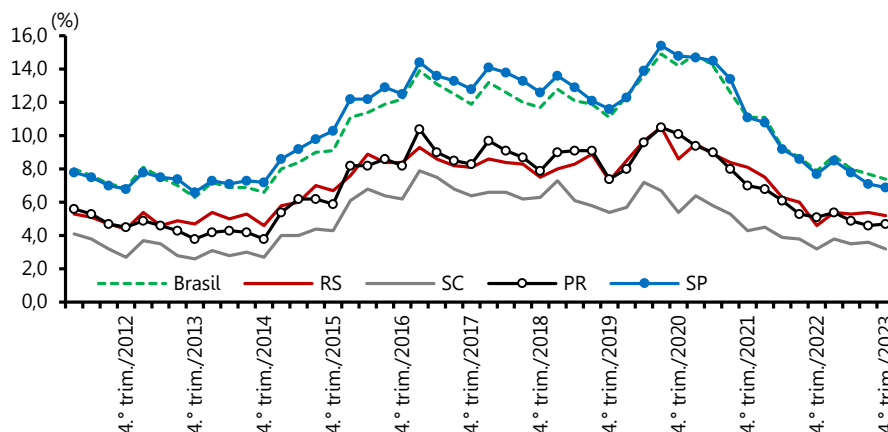
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

### 1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de desocupação (TD) evidenciou uma elevação considerável durante o pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, o qual correspondeu ao terceiro e ao quarto trimestre de 2020. Posteriormente, esse indicador registrou um processo de queda, tendo atingido, no RS, no quarto trimestre de 2022, 4,6%, seu segundo menor nível em toda a série temporal da PNAD Contínua.

No quarto trimestre de 2023, a TD, na margem, manteve-se estável no RS, situando-se em 5,2% (**Gráfico 7**). Nessa mesma referência comparativa, também permaneceu estável em SC (3,2%), no PR (4,7%) e em SP (6,9%), enquanto, no País, evidenciou queda, de 7,7% no terceiro para 7,4% no quarto trimestre de 2023. Em bases interanuais, no quarto trimestre de 2023, a TD manteve-se estável no RS, em SC e no Paraná, enquanto, em SP e no plano nacional, registrou reduções de 0,8 e de 0,5 ponto percentual respectivamente.

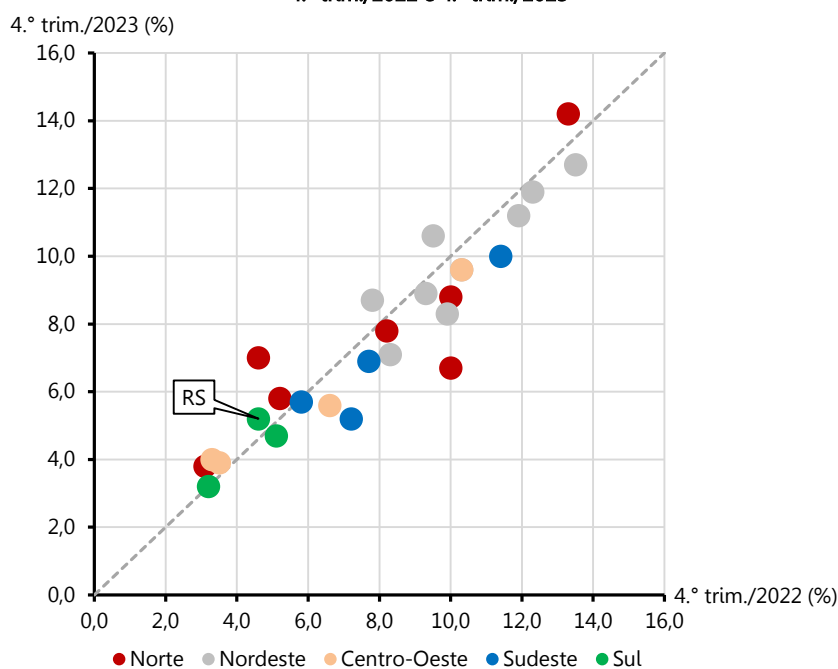
**Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Quanto à posição relativa da TD do RS diante de todas as UFs, o **Gráfico 8** revela que o Estado possuía, no quarto trimestre de 2022, o quinto menor nível do indicador: tendo o eixo horizontal como referência, constata-se que há quatro pontos à esquerda do ponto que representa o RS, quais sejam, MT, MS, SC e RO. Já no quarto trimestre de 2023, o Estado havia passado a deter a sexta menor TD, uma vez que se identificam, tendo o eixo vertical como referência no gráfico de dispersão, cinco pontos abaixo da posição do RS, que correspondem aos Estados de MT, MS, SC, PR e RO.

**Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2022 e 4.º trim./2023**

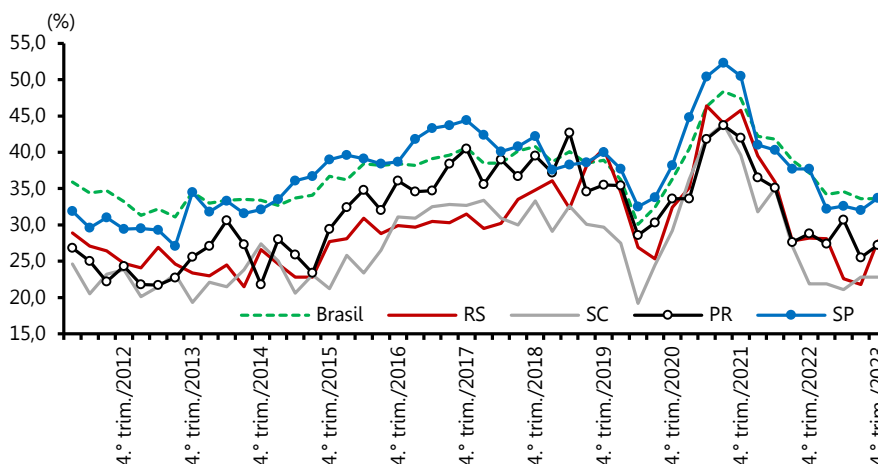


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

No que diz respeito à estrutura da desocupação segundo o tempo de procura por trabalho, a incidência da desocupação de longo prazo (IDL<sup>6</sup>) havia-se ampliado de forma expressiva durante o ano de 2021. Posteriormente, de 2022 até o terceiro trimestre de 2023, esse indicador evidenciou uma trajetória de redução, tendo atingido, no caso do RS, o piso da série temporal da PNAD Contínua. No quarto trimestre de 2023, na margem, a IDLP, elevou-se de 21,8% para 27,8% no Estado, de 25,5% para 27,2% no PR e de 32,0% para 33,7% em SP; em SC e no País, ficou estável em 22,8% e 33,6% respectivamente (**Gráfico 9**). Quanto à comparação interanual, no quarto trimestre de 2023, a IDLP registrou queda de 0,4 ponto percentual no RS, de 1,6 ponto percentual no PR e, de forma mais expressiva, de 4,0 pontos percentuais em SP e de 3,6 pontos percentuais no País; em SC, teve variação positiva de 0,9 ponto percentual.

<sup>6</sup> De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **IDL** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

**Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a, 2024c).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

O número absoluto de desocupados no RS, no quarto trimestre de 2023, ante o trimestre anterior, permaneceu estável em 325 mil pessoas (**Tabela 4**). Nessa referência comparativa, também ficou estável em SC, no PR e em SP, enquanto, no plano nacional, registrou queda de 2,8%. Na comparação do quarto trimestre de 2023 com o mesmo trimestre do ano anterior, o número absoluto de desocupados também permaneceu estável no RS e nos demais estados da Região Sul e, de forma distinta, teve redução de 9,1% em SP e de 5,7% no País.

**Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

| DISCRI-<br>MINA-<br>ÇÃO | DESOCUPADOS (1.000 pessoas) |                |                |                |                |                | VARIÇÃO %                        |                                  |
|-------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
|                         | 4.º Trim./2019              | 4.º Trim./2020 | 4.º Trim./2021 | 4.º Trim./2022 | 3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>3.º Trim./2022 |
| <b>Brasil</b> .....     | 11.903                      | 14.412         | 12.011         | 8.572          | 8.316          | 8.082          | (1)-2,8                          | (1)-5,7                          |
| RS .....                | 455                         | 507            | 500            | 289            | 331            | 325            | -1,8                             | 12,3                             |
| SC .....                | 216                         | 204            | 172            | 133            | 147            | 134            | -8,8                             | 0,8                              |
| PR .....                | 450                         | 608            | 435            | 318            | 286            | 294            | 2,6                              | -7,7                             |
| SP .....                | 3.015                       | 3.589          | 2.898          | 1.986          | 1.862          | 1.805          | -3,1                             | (1)-9,1                          |

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

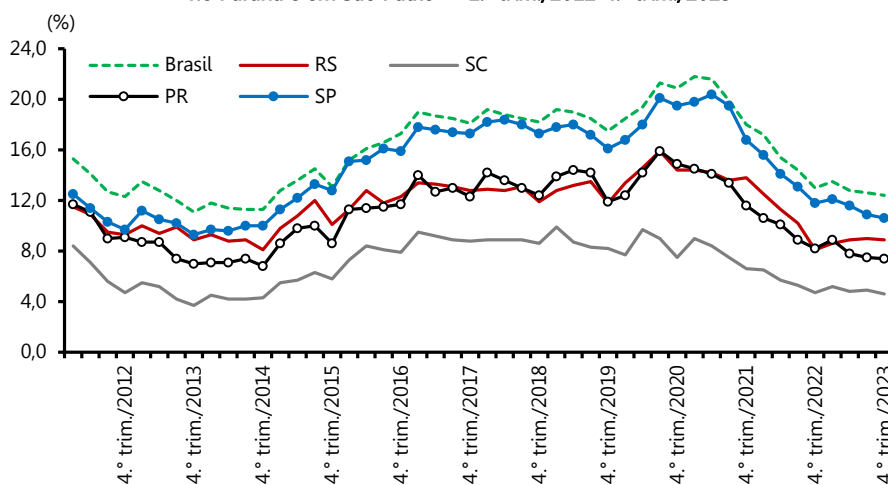
Um indicador mais amplo de subutilização da FT, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)<sup>7</sup>, no quarto trimestre de 2023, na margem, manteve-se estável no RS, em 8,9%, assim como em SC (4,6%), no PR (7,4%), em SP (10,6%) e no País (12,4%) — **Gráfico 10**. Na referência comparativa interanual, permaneceu estável no RS e nos demais estados da Região Sul, ao passo que, em SP e no País, evidenciou reduções de 1,2 e de 0,6 ponto percentual respectivamente.

<sup>7</sup> A **Taxa Combinada de Desocupação e de Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas** (TCDS) é assim obtida (OIT, 2013):

TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas)/Força de Trabalho] x 100.

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

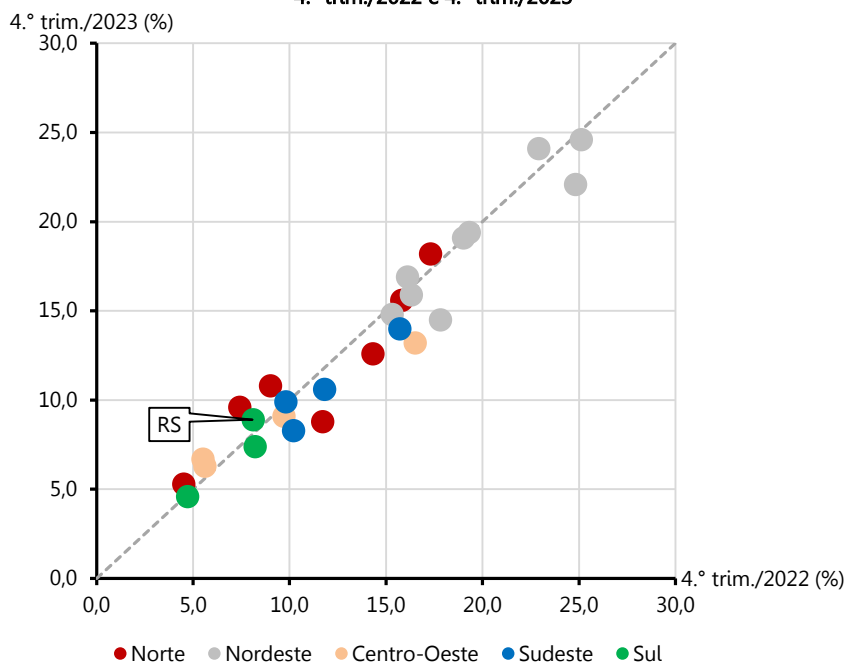
**Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

A evolução da posição relativa do RS quanto à TCDS, no cotejo do quarto trimestre de 2022 com o de 2023, ante todas as UF's, pode ser conhecida por meio das evidências expostas no **Gráfico 11**. No quarto trimestre de 2022, o RS possuía a sexta menor TCDS, uma vez que, no gráfico de dispersão, há cinco pontos à esquerda da sua posição, que correspondem aos Estados de RR, MS, MT, SC e RO. Já no quarto trimestre de 2023, o RS havia verificado uma piora relativa, pois passou a deter a oitava menor TCDS: abaixo do ponto correspondente ao Estado, situavam-se AC, ES, PR, MT, MS, RO e SC.

**Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2022 e 4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

O número absoluto de pessoas que é medido pela TCDS, no quarto trimestre de 2023, na margem, ficou estável no RS (558 mil pessoas), assim como em SC, no PR, em SP e no País (**Tabela 5**). No cotejo do quarto trimestre de 2023 com o mesmo trimestre de 2022, esse contingente também se manteve estável no RS e nos demais estados



da Região Sul — as suas oscilações não têm significância estatística; já em SP e no âmbito nacional, evidenciou retrações de 8,7% e 3,5% respectivamente.

**Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

| DISCRI-<br>MINA-<br>ÇÃO | CONTINGENTES (1.000 pessoas) |                |                |                |                |                | VARIÇÃO %                        |                                  |
|-------------------------|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
|                         | 4.º Trim./2019               | 4.º Trim./2020 | 4.º Trim./2021 | 4.º Trim./2022 | 3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>4.º Trim./2022 |
| <b>Brasil</b> .....     | 18.759                       | 21.277         | 19.379         | 14.001         | 13.641         | 13.517         | -1,1                             | (1) -3,5                         |
| RS .....                | 740                          | 844            | 851            | 503            | 554            | 558            | 0,7                              | 10,9                             |
| SC .....                | 327                          | 283            | 262            | 192            | 202            | 194            | -3,6                             | 1,1                              |
| PR .....                | 731                          | 903            | 725            | 506            | 465            | 465            | -0,1                             | -8,3                             |
| SP .....                | 4.202                        | 4.736          | 4.366          | 3.054          | 2.838          | 2.788          | -1,8                             | (1) -8,7                         |

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

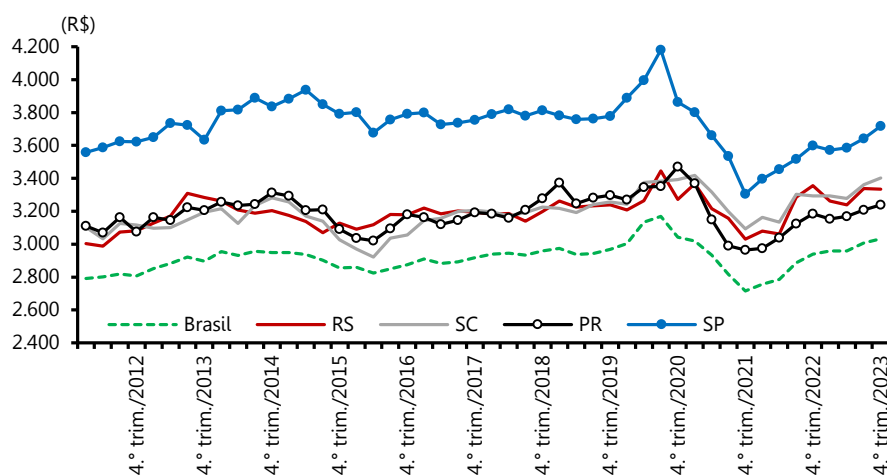
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

## 1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

Durante 2021, em um ambiente de aumento da inflação e da taxa de informalidade (TI), os rendimentos do trabalho evidenciaram uma redução considerável. Nesse contexto, a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE, situou-se em 10,06% em 2021, ante os 4,52% de 2020, enquanto a TI ampliou-se, no mercado de trabalho do RS, de 30,5% no quarto trimestre de 2020 para 33,0% no quarto trimestre de 2021 (IBGE, 2024b). Tal ambiente trouxe consigo uma queda de 7,4% do rendimento médio real habitual dos ocupados no RS, na comparação do quarto trimestre de 2021 com o quarto trimestre de 2020. Após, em um contexto de redução da inflação — o IPCA registrou variação de 5,79% em 2022 —, verificou-se um comportamento de recuperação dos rendimentos do trabalho.

No quarto trimestre de 2023, em relação ao trimestre anterior, o rendimento médio real habitual dos ocupados ficou estável no RS (R\$ 3.335), assim como em SC (R\$ 3.403), no PR (R\$ 3.238), em SP (R\$ 3.718) e no País (R\$ 3.032) — **Gráfico 12**. Na referência comparativa interanual, no quarto trimestre de 2023, o rendimento médio real habitual também se manteve estável no RS, no PR e em SP, enquanto, em SC e no País, evidenciou variações positivas de 3,3% e de 3,1% respectivamente. No caso do RS, pelo segundo trimestre consecutivo, em bases interanuais, identifica-se estabilidade do rendimento médio real habitual.

**Gráfico 12 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-4.º trim./2023**



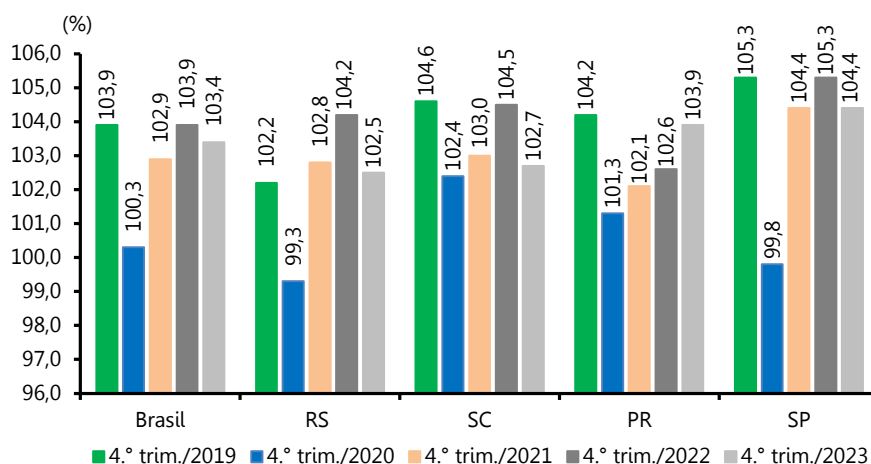
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 4.º trim./2023.

Reconhece-se que o rendimento efetivo apreende, melhor do que o habitual, os choques de curto prazo sobre o mercado de trabalho (Carvalho, 2021). No segundo trimestre de 2020, durante o pior momento da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual sofreu uma retração bastante intensa (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2021). Posteriormente, essa proporção passou por um processo de recuperação. No período recente, no quarto trimestre de 2023, o rendimento médio real efetivo como proporção do habitual situava-se em 102,5% no RS, em 102,7% em SC, em 103,9% no PR, em 104,4% em SP e em 103,4% no âmbito nacional (**Gráfico 13**). Quando se cotejam essas proporções com aquelas verificadas no quarto trimestre de 2019 — ou seja, com as de um período que é anterior à pandemia de COVID-19 —, constata-se que o RS, entre as suas referências comparativas selecionadas, era aquele que tinha o indicador sob análise, no quarto trimestre de 2023, em nível levemente superior.

**Gráfico 13 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim. 2019-23**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

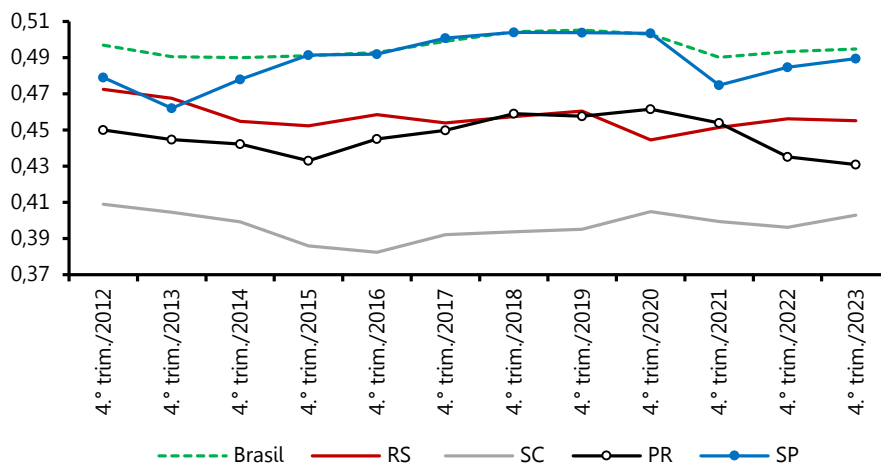
No que diz respeito à evolução da desigualdade de rendimentos do trabalho no período recente, essa será apreendida por meio de uma medida sumária, o coeficiente de Gini<sup>8</sup>. Conforme se constata no **Gráfico 14**, o coeficiente de Gini<sup>9</sup> do rendimento real habitual dos ocupados no RS, na comparação do quarto trimestre de 2022 com o quarto trimestre de 2023<sup>10</sup>, registrou uma leve oscilação negativa (-0,2%), tendo passado de 0,4563 para 0,4552. Nessa mesma referência comparativa, apresentou redução de 0,4352 para 0,4310 no PR (-1,0%), elevações de 0,3962 para 0,4029 em SC (1,7%) e de 0,4847 para 0,4895 em SP (1,0%) e uma leve oscilação positiva, no âmbito do País (0,3%), de 0,4935 para 0,4948. Pode-se também constatar, no Gráfico 14, que RS, PR, SP e o País evidenciavam, no quarto trimestre de 2023, níveis de desigualdade dos rendimentos do trabalho — quando medidos pelo coeficiente de Gini — inferiores aos do quarto trimestre de 2019, período que antecedeu a pandemia de COVID-19.

<sup>8</sup> O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que tem, como limite inferior, zero, que corresponde à perfeita igualdade da variável sob estudo, e, como limite superior, um, que corresponde à máxima desigualdade. A respeito desta medida de desigualdade, ver Hoffmann, Botassio e Jesus (2019, capítulo 3).

<sup>9</sup> O coeficiente de Gini foi computado com o Software R (versão 4.3.2) e os pacotes PNADcIBGE (versão 0.7.5), *survey* (versão 4.2.1) e *convey* (versão 1.0.0). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024), Lumley (2023) e Pessoa, Damico e Jacob (2024).

<sup>10</sup> Assumindo-se que a desigualdade de rendimentos dos ocupados é uma dimensão estrutural do mercado de trabalho, optou-se por priorizar a evolução interanual do coeficiente de Gini.

**Gráfico 14 - Coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim. 2012-23**



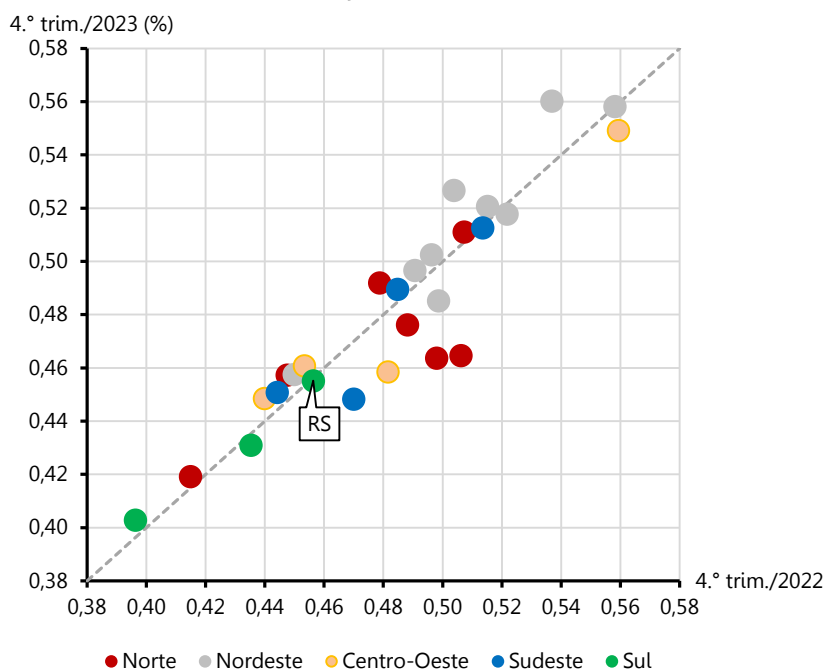
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Coeficiente de Gini do rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

No contexto geral de todas as UFs, a evolução da posição relativa do RS quanto à desigualdade de rendimentos do trabalho, no período recente, pode ser sintetizada com as evidências expostas no **Gráfico 15**. Nesse gráfico de dispersão, o coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados nas UFs, no quarto trimestre de 2022, está sendo medido no eixo horizontal, e o do quarto trimestre de 2023, no eixo vertical. De acordo com o que se percebe no Gráfico 15, o RS detinha, no quarto trimestre de 2022, o nono menor nível de desigualdade de rendimentos, uma vez que há oito pontos à esquerda da posição do Estado, que correspondem às seguintes UFs: GO, AL, AC, MG, MT, PR, RO e SC. Já no quarto trimestre de 2023, o RS havia avançado para a sétima menor desigualdade de rendimentos do trabalho, pois há somente seis pontos abaixo do ponto que representa o Estado no gráfico de dispersão, que correspondem às UFs de MG, ES, MT, PR, RO e SC.

**Gráfico 15 - Coeficiente de Gini do rendimento real habitual dos ocupados, por regiões, nas unidades da Federação do Brasil — 4.º trim./2022 e 4.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024a).

Nota: 1. Elaborado com os microdados da Pesquisa.

2. Coeficiente de Gini do rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no quarto trimestre de 2023, na margem, manteve-se estável no RS (R\$ 19.404 milhões) e no PR, enquanto, em SC, em SP e no País, evidenciou variações positivas de 3,3%, 3,4% e 2,1% respectivamente (**Tabela 6**). Na comparação interanual, no quarto trimestre de 2023, o indicador sob análise também permaneceu estável no RS e no PR, ao passo que registrou variações positivas de 5,6% em SC, de 6,0% em SP e de 5,0% no plano nacional. No caso do RS, assim como no do PR, esse foi o segundo trimestre consecutivo em que, na referência interanual, houve estabilidade da massa de rendimento real habitual.

**Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados**

| DISCRIMINAÇÃO       | VALOR (R\$ milhões) |                |                |                |                |                | VARIÇÃO %                        |                                  |
|---------------------|---------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------------------|----------------------------------|
|                     | 4.º Trim./2019      | 4.º Trim./2020 | 4.º Trim./2021 | 4.º Trim./2022 | 3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>3.º Trim./2023 | 4.º Trim./2023<br>4.º Trim./2022 |
| <b>Brasil</b> ..... | 277.373             | 259.187        | 254.518        | 287.198        | 295.574        | 301.602        | (1)2,1                           | (1)5,0                           |
| RS .....            | 18.320              | 16.945         | 16.653         | 19.348         | 18.955         | 19.404         | 2,4                              | 0,3                              |
| SC .....            | 12.047              | 11.862         | 11.591         | 12.922         | 13.219         | 13.651         | (1)3,3                           | (1)5,6                           |
| PR .....            | 18.364              | 18.375         | 16.905         | 18.414         | 18.693         | 19.032         | 1,8                              | 3,4                              |
| SP .....            | 86.128              | 78.996         | 75.848         | 85.563         | 87.657         | 90.680         | (1)3,4                           | (1)6,0                           |

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2024c).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 4.º trim./2023.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

## 1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS, assim como de SC e do PR, foi de arrefecimento do processo de melhora no quarto trimestre de 2023, ao passo que, em SP e no âmbito nacional, não se identificou de forma tão disseminada semelhante processo. Nesse sentido, a taxa de desocupação, no RS e nos demais estados da Região Sul, no quarto trimestre de 2023, em termos interanuais, manteve-se estável, sendo tal comportamento determinado pela estabilidade tanto da taxa de participação na força de trabalho quanto do nível de ocupação. Já em SP e no plano nacional, na mesma referência comparativa, ocorreu queda da taxa de desocupação, provocada pela elevação do nível de ocupação, uma vez que a taxa de participação na força de trabalho permaneceu estável. No RS, assim como em SC e no PR, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, no quarto trimestre de 2023, também se manteve estável, enquanto, em SP e no País, em bases interanuais, o indicador evidenciou redução.

No que diz respeito à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade, no quarto trimestre de 2023, manteve-se estável no RS, no PR, em SP e no âmbito nacional, enquanto, em SC — em termos interanuais —, o indicador registrou aumento.

Foi mostrado que, no quarto trimestre de 2023, o rendimento médio real habitual dos ocupados ficou estável no RS, no PR e em SP, ao passo que, em SC e no País, na referência comparativa interanual, se elevou. A massa de rendimento real habitual, por sua vez, no mesmo período, manteve-se estável no RS e no PR, enquanto, em SC, em SP e no âmbito do País, registrou variações positivas. O coeficiente de Gini do rendimento real habitual, uma medida sumária de desigualdade, revelou, na comparação do quarto trimestre de 2023 com o mesmo trimestre de 2022, leve queda no RS, redução no PR, aumentos em SC e em SP e uma leve oscilação positiva no plano nacional.

## 2 EMPREGO FORMAL: CRESCIMENTO MAIS MODERADO E ADVERSIDADES SETORIAIS

Nesta seção, o foco da análise direciona-se para o segmento formal do mercado de trabalho, explorando a evolução do comportamento dos vínculos legalizados de emprego. A fonte principal utilizada é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), base estatística produzida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir dos registros administrativos que devem ser apresentados pelas pessoas jurídicas que, no mês de referência, realizaram alguma admissão ou desligamento de empregado com vínculo formalizado de trabalho. Essa fonte é bastante tempestiva<sup>11</sup>, permitindo que, neste número do Boletim, se totalizem os resultados de 2023 e se os analisem na perspectiva da série histórica da base estatística, que se iniciou em janeiro de 2020. Também se recorre, acessoriamente, a outra base também do MTE, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Com ênfase no desempenho do Rio Grande do Sul, a seção inicia-se, ainda assim, com um breve panorama do emprego formal no agregado do Brasil e nas 27 unidades da Federação, pondo-se em perspectiva os resultados do mercado formal gaúcho. Na segunda subseção, já com a atenção voltada exclusivamente para o Estado, aborda-se o desempenho do emprego segundo setores de atividade e divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). A seguir, decompõem-se os saldos de emprego segundo atributos pessoais dos indivíduos — sexo, idade e escolaridade —, de forma a investigar o perfil dos trabalhadores que têm tido maior ou menor êxito no acesso aos postos formalizados.

Na quarta subseção, consolidam-se as informações dos municípios gaúchos de modo a compor os desempenhos do emprego nas nove Regiões Funcionais (RFs) do Estado. Encerram a seção breves considerações finais.

### 2.1 O DESEMPENHO DO RS ANTE AS DEMAIS UFS E O AGREGADO DO BRASIL

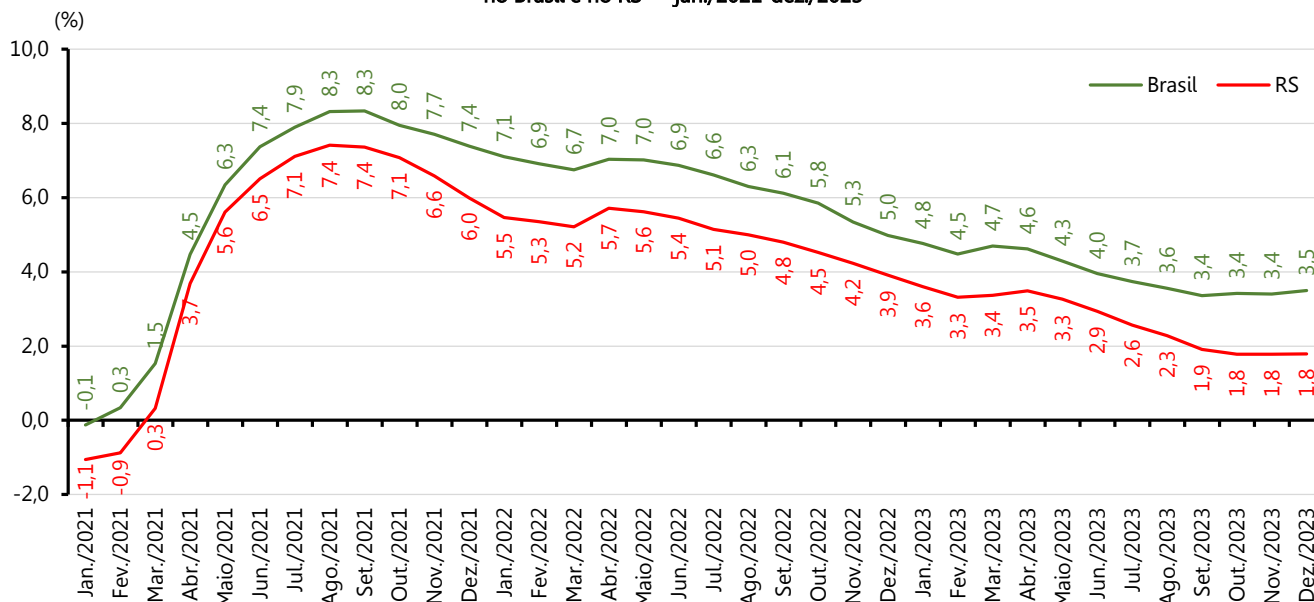
Ao longo de 2023, o Brasil gerou um saldo de 1,5 milhão de postos formais de trabalhos, elevando o contingente de trabalhadores com vínculos legalizados a 43,9 milhões. Diante do estoque do final de 2022, isso significou uma expansão de 3,5%, significativamente menos intensa do que a verificada nos 12 meses anteriores, que havia atingido 5,0%. No Rio Grande do Sul, os movimentos foram simétricos, mas o crescimento do emprego foi significativamente mais moderado em ambos os intervalos: em 2023, limitou-se a 1,8%, com a geração de 47,4 mil vínculos formais adicionais; no ano anterior, havia alcançado 3,9% — distância, então, relativamente menor, em relação ao resultado do País —, com um saldo de 99,8 mil postos (mais do que o dobro do atingido em 2023).

Quando se observam as variações do emprego formal em 12 meses, que a série do Novo Caged permite calcular a partir de janeiro de 2021 (**Gráfico 16**), identifica-se um desenho muito particular, que parte de variações negativas, tem uma vertiginosa ascensão por alguns meses e, de setembro daquele ano em diante, com oscilações, descreve uma clara e continuada tendência de redução — ainda assim, paulatina. Isso vale para o Brasil em seu conjunto e para o Rio Grande do Sul, constatando-se, entretanto, que o Estado, ao longo das 48 observações mensais que compõem a série, obtém resultados menos expressivos. Cabem algumas observações sobre esses comportamentos. Primeiramente, a evolução geral dessas tendências expressa, em grande parte, o fato de que a série do Novo Caged tem início em janeiro de 2020, poucos meses antes da eclosão da pandemia. O Gráfico 16, por sua vez, principia em janeiro de 2021, uma vez que requer a comparação de 12 meses. Com isso, seus primeiros pontos, para ambos os recortes geográficos, retratam a comparação com o primeiro bimestre de 2020, quando a COVID-19 ainda não se havia apresentado na realidade socioeconômica brasileira. Já a partir de março e, especialmente, abril de 2020, o País enfrentou uma brutal retração do emprego formal, cuja reversão começou, muito gradualmente, a partir do segundo semestre do mesmo ano. Com isso, voltando-se ao Gráfico 16, o pico que se observa das taxas de crescimento em 12 meses, no ano de 2021, reflete essa base de comparação, excepcionalmente rebaixada, em 2020.

<sup>11</sup> Habitualmente, ao final de cada mês, o Ministério do Trabalho e Emprego lança os resultados do Novo Caged referentes ao mês anterior. Esses indicadores, entretanto, sofrem ajustes, nos meses sucessivos, com o processamento e a inclusão de notificações de admissões e desligamentos de trabalhadores remetidas com atraso pelos estabelecimentos empregadores. Este número do Boletim, por seu cronograma, deveria contar com os resultados de janeiro de 2024, mas a divulgação, pela fonte, foi postergada excepcionalmente. Com isso, enfatiza-se aqui o desempenho consolidado do ano civil de 2023.

A partir dali, o crescimento prosseguiu, mas com uma intensidade tendencialmente decrescente, a despeito de algumas conjunturas de elevação passageira. Uma segunda observação é que os últimos quatro meses parecem constituir um período um pouco mais longo em que a taxa de crescimento do emprego, tanto no Brasil quanto no RS, tende à estabilidade — tendo-se presente a diferença de patamar entre elas.

**Gráfico 16 - Variação do estoque de empregos formais, frente ao mesmo mês do ano anterior, no Brasil e no RS — jan./2021-dez./2023**



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024)

Sobre este último aspecto, uma terceira ponderação é que, quando se analisa a evolução do emprego das 27 UF, constata-se que aquelas que sobressaem pela intensidade do crescimento localizam-se fundamentalmente na Região Norte e, secundariamente, nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste; enquanto conjunto de estados, têm impacto no agregado do resultado nacional, embora essas UF, isoladamente, não tenham participações relevantes na estrutura do mercado formal de trabalho brasileiro; têm gerado postos de trabalho diversificados setorialmente, mas com peso relevante da indústria extrativa e do agronegócio, conforme foi abordado no último número (Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, 2024). Outros elementos que merecem ser elencados para aprofundamento em análises complementares são as características demográficas dessas UF, que se encontram em processo de expansão mais acelerada, e as taxas de informalidade de que “partem” seus mercados de trabalho, ante aquelas economias maiores e anteriormente consolidadas, que se concentram nas Regiões Sudeste e Sul e em outras porções da Nordeste. Certas características da expansão do emprego nas Regiões Norte e Centro-Oeste e parte da Nordeste reforçam a perspectiva de que algumas porções desses territórios se constituam em novas “fronteiras”, com especificidades produtivas e sociais que merecem estudos adicionais, mas que, de qualquer forma, têm impacto considerável nos resultados agregados do Brasil. Por certo, isso é apenas um elemento a considerar, na complexidade dos fatores que condicionam os resultados de 27 UF altamente heterogêneas e diversificadas produtivamente.

Como a **Tabela 7** permite constatar, nesse contexto, o Rio Grande do Sul é o estado com resultados mais modestos na evolução do emprego formal, entre as 27 UF, tanto no ano de 2023 quanto no acumulado de dezembro de 2020 a dezembro último. Em 2023, o segundo menor crescimento, após o gaúcho, de 1,8%, foi o de Santa Catarina, que, ainda assim, obteve uma vantagem apreciável, alcançando 2,7%. Seguiram-se São Paulo e Paraná, ambos com 3,0%. Com mais do que o dobro da variação nacional (de 3,5%), liderou esse ordenamento o Amapá, com 7,5%, seguido de Roraima, Piauí e Tocantins.

**Tabela 7 - Estoques, saldos e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — dez./2020-dez./2023**

| BRASIL E UFs              | ESTOQUE EM<br>DEZ/2023 | DEZ/2021-DEZ/2022 |            | DEZ/2022-DEZ/2023 |            | DEZ/2020-DEZ/2023 |            |
|---------------------------|------------------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
|                           |                        | Saldo             | Variação % | Saldo             | Variação % | Saldo             | Variação % |
| <b>BRASIL</b> .....       | 43.928.023             | 2.013.261         | 5,0        | 1.483.598         | 3,5        | 6.277.014         | 16,7       |
| Amapá .....               | 82.185                 | 5.586             | 7,9        | 5.701             | 7,5        | 17.558            | 27,2       |
| Roraima .....             | 77.053                 | 7.442             | 11,5       | 4.966             | 6,9        | 17.339            | 29,0       |
| Piauí .....               | 333.965                | 13.047            | 4,3        | 20.166            | 6,4        | 54.575            | 19,5       |
| Tocantins .....           | 233.029                | 14.605            | 7,1        | 13.357            | 6,1        | 46.022            | 24,6       |
| Alagoas .....             | 415.916                | 19.299            | 5,2        | 23.291            | 5,9        | 73.729            | 21,5       |
| Pará .....                | 896.136                | 32.466            | 4,0        | 44.851            | 5,3        | 152.161           | 20,5       |
| Acre .....                | 96.877                 | 7.615             | 9,0        | 4.562             | 4,9        | 20.220            | 26,4       |
| Rio Grande do Norte ..... | 480.964                | 20.994            | 4,8        | 22.630            | 4,9        | 76.314            | 18,9       |
| Mato Grosso .....         | 874.870                | 56.292            | 7,2        | 40.726            | 4,9        | 166.649           | 23,5       |
| Rio de Janeiro .....      | 3.551.102              | 189.496           | 5,9        | 160.570           | 4,7        | 536.525           | 17,8       |
| Mato Grosso do Sul .....  | 624.894                | 40.648            | 7,3        | 27.986            | 4,7        | 108.838           | 21,1       |
| Amazonas .....            | 496.071                | 34.773            | 7,9        | 21.996            | 4,6        | 93.849            | 23,3       |
| Sergipe .....             | 310.181                | 11.760            | 4,1        | 13.380            | 4,5        | 40.857            | 15,2       |
| Ceará .....               | 1.295.082              | 65.887            | 5,6        | 53.954            | 4,3        | 202.607           | 18,5       |
| Paraíba .....             | 469.579                | 22.723            | 5,3        | 19.265            | 4,3        | 77.209            | 19,7       |
| Rondônia .....            | 268.514                | 16.143            | 6,7        | 10.942            | 4,2        | 43.455            | 19,3       |
| Distrito Federal .....    | 912.373                | 46.302            | 5,6        | 36.968            | 4,2        | 140.573           | 18,2       |
| Espírito Santo .....      | 850.760                | 44.514            | 5,8        | 34.202            | 4,2        | 133.303           | 18,6       |
| Maranhão .....            | 600.891                | 40.221            | 7,5        | 22.039            | 3,8        | 107.212           | 21,7       |
| Bahia .....               | 1.973.471              | 122.455           | 6,9        | 71.922            | 3,8        | 340.106           | 20,8       |
| Pernambuco .....          | 1.426.885              | 63.183            | 4,8        | 51.541            | 3,7        | 210.411           | 17,3       |
| Goiás .....               | 1.429.809              | 87.429            | 6,8        | 50.276            | 3,6        | 252.130           | 21,4       |
| Minas Gerais .....        | 4.612.058              | 177.005           | 4,1        | 140.836           | 3,1        | 637.907           | 16,1       |
| Paraná .....              | 3.010.716              | 118.237           | 4,2        | 87.599            | 3,0        | 383.756           | 14,6       |
| São Paulo .....           | 13.479.842             | 566.009           | 4,5        | 390.719           | 3,0        | 1.721.301         | 14,6       |
| Santa Catarina .....      | 2.406.263              | 90.759            | 4,0        | 62.665            | 2,7        | 321.456           | 15,4       |
| Rio Grande do Sul .....   | 2.701.024              | 99.823            | 3,9        | 47.395            | 1,8        | 291.633           | 12,1       |
| Não identificado .....    | 17.513                 | -1.452            | -7,3       | -907              | -4,9       | 9.319             | 113,7      |

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024).

No arco de três anos cobertos pela série do Novo Caged, o Brasil acumulou um crescimento de 16,7% de seu contingente de empregados formais. Também aqui o Rio Grande do Sul se destaca negativamente, com a menor expansão (12,1%), e também aqui se seguem as mesmas UFs que coadjuvaram o Estado nos piores resultados em 2023, apenas com uma pequena alteração de ordem: São Paulo e Paraná, ambos com 14,6%; Santa Catarina, com 15,4%.

## 2.2 RESULTADOS SETORIAIS: SERVIÇOS E COMÉRCIO SUSTENTAM A VARIAÇÃO POSITIVA

Os resultados setoriais do emprego formal no Rio Grande do Sul, em 2023, foram muito heterogêneos. O saldo positivo de 47,4 mil postos adicionais repousou quase exclusivamente (92%) nos serviços, que geraram 43,5 mil deles. Esse volume de novos vínculos de trabalho representou uma expansão de 4,0% no setor, mais do que o dobro do 1,8% de crescimento do conjunto do emprego formal gaúcho. Foi também relevante o aporte de 11,9 mil vagas no comércio — cuja variação relativa (1,9%), entretanto, ficou em patamar quase idêntico ao do total do emprego. Teve, ainda, resultado positivo a agropecuária, mas em percentual bem menos significativo (1,1%), que, incidindo sobre o menor contingente setorial na estrutura do emprego formal, redundou em um aporte de apenas 1 mil novos vínculos.

No polo oposto, eliminando empregos — como já se havia verificado no último número do Boletim, com os resultados anualizados até outubro de 2023 —, encontram-se a indústria e a construção. A primeira sofreu decréscimo de 7,5 mil trabalhadores formais, o equivalente a -1,0%; a segunda fechou 1,5 mil postos, com percentual de -1,3%.

**Tabela 8 - Estoques, saldos e variações do emprego formal nos grandes grupamentos setoriais do Rio Grande do Sul — dez./2020-dez./2023**

| GRUPAMENTO         | ESTOQUE          |                  |                  |                  | SALDO          |               |               |                | VARIÇÃO % (dez.-dez.) |            |            |             |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|---------------|---------------|----------------|-----------------------|------------|------------|-------------|
|                    | Dez./20          | Dez./21          | Dez./22          | Dez./23          | 2020-21        | 2021-22       | 2022-23       | Acumulado      | 2020-21               | 2021-22    | 2022-23    | Acumulada   |
| Agropecuária       | 83.290           | 89.836           | 92.646           | 93.647           | 6.546          | 2.810         | 1.001         | 10.357         | 7,9                   | 3,1        | 1,1        | 12,4        |
| Comércio .....     | 570.915          | 605.935          | 623.868          | 635.767          | 35.020         | 17.933        | 11.899        | 64.852         | 6,1                   | 3,0        | 1,9        | 11,4        |
| Construção ....    | 108.556          | 113.806          | 120.618          | 119.080          | 5.250          | 6.812         | -1.538        | 10.524         | 4,8                   | 6,0        | -1,3       | 9,7         |
| Indústria .....    | 651.675          | 693.852          | 716.266          | 708.765          | 42.177         | 22.414        | -7.501        | 57.090         | 6,5                   | 3,2        | -1,0       | 8,8         |
| Serviços .....     | 994.955          | 1.050.377        | 1.100.231        | 1.143.765        | 55.422         | 49.854        | 43.534        | 148.810        | 5,6                   | 4,7        | 4,0        | 15,0        |
| <b>Total .....</b> | <b>2.409.391</b> | <b>2.553.806</b> | <b>2.653.629</b> | <b>2.701.024</b> | <b>144.415</b> | <b>99.823</b> | <b>47.395</b> | <b>291.633</b> | <b>6,0</b>            | <b>3,9</b> | <b>1,8</b> | <b>12,1</b> |

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024).

Os resultados setoriais anualizados passaram por importantes alterações em seu ordenamento, na série aqui coberta pelos dados do Novo Caged. Entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021, a indústria — em um prolongamento do impulso que havia demonstrado em boa parte dos meses de 2020, aqui não abarcados pela série estatística — alcançou o segundo maior crescimento relativo, superado apenas pela agropecuária. Já em 2022, o emprego industrial expandiu-se menos do que o total do mercado formal (3,2% *versus* 3,9%), e, no ano passado, o desempenho foi negativo. Serviços, o principal empregador do Estado, já em 2021 atingia um resultado próximo ao do conjunto do mercado (5,6% *versus* 6,0%), recuperando parte das perdas do ano anterior, quando havia sido o setor mais drasticamente prejudicado pelo início da emergência sanitária. Em 2022, sua expansão foi a segunda mais intensa, superada apenas pela da construção. No ano de 2023, sua participação na geração do saldo positivo do emprego gaúcho foi, como já visto, extraordinária. O comércio, que, ao longo de 2020, havia tido a segunda mais forte retração, apresenta, nesta série aqui analisada, comportamentos muito próximos ao do conjunto do mercado de trabalho gaúcho. Os menores setores, construção e agropecuária, mostram maior variação em seus desempenhos, especialmente o primeiro deles, que salta do melhor resultado relativo, em 2022, para o pior, em 2023.

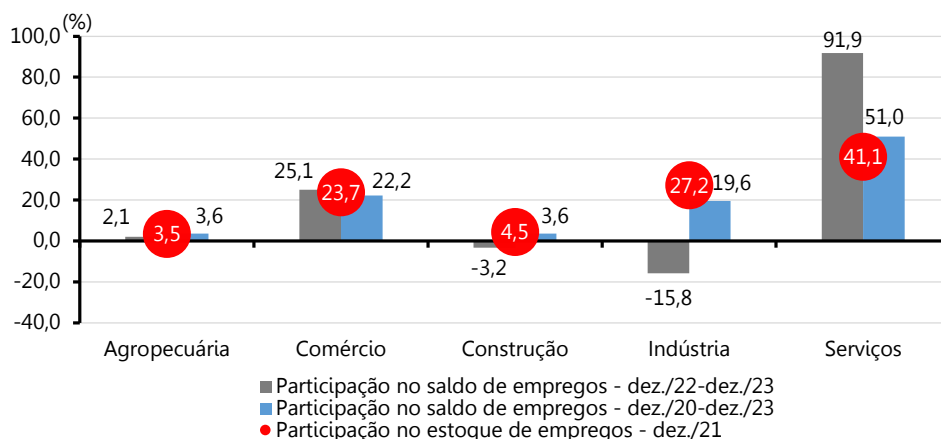
Há um grau maior de convergência entre os resultados setoriais quando se observam as variações acumuladas nos 36 meses entre dezembro de 2020 e o mesmo mês de 2023, mas a dispersão é ainda significativa. Os percentuais distribuem-se entre o mínimo de 8,8% de expansão, na indústria, e o máximo de 15,0%, no setor serviços.

No **Gráfico 17**, a evolução do emprego setorial gaúcho é representada conjugando-se a participação que cada um desses setores detinha na estrutura do emprego gaúcho — isto é, no total de empregados —, em um ponto da série mais longa, ao comportamento dos saldos nos últimos 12 e nos últimos 36 meses disponíveis, dessa vez optando-se por tratar, também aqui, da participação de cada setor no conjunto de empregos adicionais, em lugar da variação percentual do número de empregados do setor ao longo do período. Para a estrutura setorial, arbitrou-se o mês de dezembro de 2021. Essa percepção das participações setoriais ajuda a aquilatar o impacto que as variações conjunturais enfrentadas por cada um dos setores podem gerar no volume total do emprego gaúcho, bem como na redefinição dessa própria estrutura, que, é desnecessário dizer, está em permanente redefinição.

Como se indicou anteriormente, o comércio é o setor cujas participações mais se aproximaram, quando se cotejam seu peso na estrutura e seu aporte na formação dos saldos do emprego formal nos últimos 12 e nos últimos 36 meses. A construção recuou, em 2023, e perdeu ponderação no total do emprego, no intervalo de três anos. A agropecuária equilibra-se no período maior, mas teve participação diminuída em 2023. Os maiores setores, do ponto de vista do emprego formal do Estado, são aqueles em que as discrepâncias entre essas grandezas mais se fazem sentir — de modo inverso: enquanto a indústria claramente perdeu espaço na distribuição setorial do mercado de trabalho, sofrendo redução de contingente em 2023 e acumulando crescimento inferior à média entre dezembro de 2020 e dezembro último, o setor serviços, nesses dois intervalos, elevou sua participação, uma vez que sua parcela do emprego adicional é muito superior ao seu peso estrutural, especialmente em 2023.



**Gráfico 17 - Participação dos grandes grupamentos setoriais na formação dos saldos (dez./22-dez./23 e dez./20-dez./23) e no estoque de empregos formais (dez./21) do Rio Grande do Sul**



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024).

A indústria — considerando-se não apenas o fato de ter enfrentado a mais significativa perda setorial, em número de empregos, em 2023, mas também a sua relevância estratégica no tecido produtivo — recebe, a seguir uma desagregação setorial adicional, investigando-se quais de seus segmentos foram mais determinantes para esse resultado e quais, contrariando a tendência, expandiram seus contingentes. Optou-se por delimitar esse passo analítico à indústria de transformação (IT), que detinha, em dezembro último, 95,6% do emprego do setor, e cuja retração (-0,9%) foi ligeiramente mais suave que a do total da indústria (-1,0), anteriormente apresentada (Tabela 9).

**Tabela 9 - Estoques, saldos e variações do emprego formal nos segmentos da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — dez./2020-dez./2023**

| DIVISÕES DA CNAE 2.0  | ESTOQUE        |                |                |                | SALDO              |                    | VARIÇÃO %          |                    |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|   | Dez./20        | Dez./21        | Dez./22        | Dez./23        | Dez./23<br>Dez./22 | Dez./23<br>Dez./20 | Dez./23<br>Dez./22 | Dez./23<br>Dez./20 |
| Fabricação de produtos alimentícios .....   | 141.106        | 142.141        | 144.749        | 146.342        | 1.593              | 5.236              | 1,1                | 3,7                |
| Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias .....                              | 37.763         | 39.531         | 43.342         | 44.644         | 1.302              | 6.881              | 3,0                | 18,2               |
| Fabricação de produtos de borracha e de material plástico .....                               | 36.993         | 38.101         | 38.934         | 39.956         | 1.022              | 2.963              | 2,6                | 8,0                |
| Fabricação de produtos químicos .....   | 16.270         | 17.261         | 17.876         | 18.760         | 884                | 2.490              | 4,9                | 15,3               |
| Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos .....                           | 10.678         | 12.566         | 13.436         | 14.154         | 718                | 3.476              | 5,3                | 32,6               |
| Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos .....                                 | 10.139         | 10.494         | 10.875         | 11.246         | 371                | 1.107              | 3,4                | 10,9               |
| Fabricação de bebidas .....   | 9.304          | 9.951          | 10.474         | 10.817         | 343                | 1.513              | 3,3                | 16,3               |
| Fabricação de produtos do fumo .....  | 4.425          | 4.847          | 4.926          | 5.232          | 306                | 807                | 6,2                | 18,2               |
| Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos .....               | 9.011          | 9.514          | 9.827          | 10.075         | 248                | 1.064              | 2,5                | 11,8               |
| Fabricação de celulose, papel e produtos de papel .....                                       | 11.313         | 11.786         | 11.883         | 12.011         | 128                | 698                | 1,1                | 6,2                |
| Impressão e reprodução de gravações .....   | 5.535          | 5.860          | 5.941          | 6.053          | 112                | 518                | 1,9                | 9,4                |
| Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis .....             | 2.198          | 2.276          | 2.342          | 2.428          | 86                 | 230                | 3,7                | 10,5               |
| Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores .....            | 3.005          | 1.887          | 4.366          | 4.450          | 84                 | 1.445              | 1,9                | 48,1               |
| Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos .....                                    | 1.873          | 1.892          | 2.068          | 1.998          | -70                | 125                | -3,4               | 6,7                |
| Fabricação de produtos diversos .....   | 14.541         | 15.499         | 15.932         | 15.781         | -151               | 1.240              | -0,9               | 8,5                |
| Fabricação de produtos de minerais não metálicos .....  | 17.913         | 19.253         | 19.266         | 19.049         | -217               | 1.136              | -1,1               | 6,3                |
| Fabricação de móveis .....  | 35.548         | 38.115         | 37.285         | 36.990         | -295               | 1.442              | -0,8               | 4,1                |
| Fabricação de produtos têxteis .....  | 7.907          | 8.900          | 9.028          | 8.552          | -476               | 645                | -5,3               | 8,2                |
| Metalurgia .....  | 8.019          | 9.505          | 9.966          | 9.255          | -711               | 1.236              | -7,1               | 15,4               |
| Fabricação de produtos de madeira .....   | 14.511         | 16.357         | 16.479         | 15.710         | -769               | 1.199              | -4,7               | 8,3                |
| Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos .....                         | 55.071         | 60.255         | 60.868         | 59.833         | -1.035             | 4.762              | -1,7               | 8,6                |
| Confecção de artigos do vestuário e acessórios .....  | 17.942         | 19.486         | 20.110         | 18.798         | -1.312             | 856                | -6,5               | 4,8                |
| Fabricação de máquinas e equipamentos .....   | 60.482         | 70.740         | 73.721         | 70.859         | -2.862             | 10.377             | -3,9               | 17,2               |
| Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados ..... | 88.076         | 96.178         | 100.609        | 95.295         | -5.314             | 7.219              | -5,3               | 8,2                |
| <b>Indústria de transformação .....</b>   | <b>619.623</b> | <b>662.395</b> | <b>684.303</b> | <b>678.288</b> | <b>-6.015</b>      | <b>58.665</b>      | <b>-0,9</b>        | <b>9,5</b>         |

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024).

Ao longo de 2023, 11 das 24 divisões da CNAE 2.0 que compõem a indústria de transformação passaram por diminuição de seus contingentes de empregados formais. Merece menção o fato de que, nos dois intervalos anteriores, apenas um segmento da IT, em cada ano, havia enfrentado perda de emprego — fabricação de móveis, em 2022, e fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (concentrada, no Estado, na produção de embarcações), em 2021.

Dada a grande heterogeneidade dimensional que tem a força de trabalho desses diferentes segmentos produtivos, supressões de postos numericamente pouco relevantes, ante o saldo setorial geral, representam, para alguns deles, retrações significativas, relativamente. O contrário, por certo, também se verifica. Em 2023, o percentual mais brando de encolhimento foi de -0,8% na fabricação de móveis, seguido de -0,9% na fabricação de produtos diversos. Acompanhando-se a progressão dessas variações negativas, tem-se como extremos os -6,5% de artigos do vestuário e acessórios e os -7,1% da metalurgia. O terceiro pior resultado (-5,3%) foi compartilhado por dois segmentos: produtos têxteis, de um lado, e couro, artigos para viagem e calçados, que é o segundo maior da IT gaúcha, do ponto de vista de emprego formal. E foi este último o que enfrentou o mais severo corte de pessoal, quando se considera o número de vínculos eliminados (-5,3 mil). Por esse critério, o segundo pior resultado foi de máquinas e equipamentos (-2,9 mil), e o terceiro, vestuário e acessórios (destaque também nas perdas relativas), com -1,3 mil. Com mais de 1 mil postos eliminados, em 2023, encontra-se, ainda, o segmento de produtos de metal.

Passando-se aos segmentos da IT gaúcha que lograram crescer em 2023 — pouco mais da metade do total —, constata-se que os percentuais mais elevados de expansão do emprego verificaram-se nas seguintes seções da CNAE 2.0: produtos químicos (4,9%), manutenção, reparação e instalação de máquinas (5,3%) e produtos do fumo (6,2%). Já os maiores volumes absolutos de vínculos formais adicionais registraram-se nos produtos alimentícios (1,6 mil), veículos automotores (1,3 mil) e produtos de borracha e material plástico (1,0 mil).

Voltando-se ao recorte de tempo mais amplo, o emprego na IT gaúcha cresceu 9,5% entre o final de 2020 e dezembro último. Nesse caso, constata-se elevação dos estoques de vínculos formais nos 24 segmentos, sendo os menos expressivos, percentualmente, os de vestuário e acessórios (4,8%), móveis (4,1%) e produtos alimentícios (3,7%) — este último, o que detém o maior número de trabalhadores industriais do Estado (146,3 mil, em dezembro último). A variação relativa mais notável, no período, de 48,1%, ocorreu na fabricação de outros equipamentos de transporte, que equivale basicamente à produção de embarcações, como já foi referido — parque pequeno, com 4,6 mil trabalhadores em dezembro último, concentrado no Sul do Estado, que tem passado por oscilações muito acentuadas ao sabor das perspectivas de consolidação de um polo naval naquela região. Seguiram-se: manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (32,6%) e, empatados na terceira posição, fumo e veículos automotores (18,2%).

Pelo critério do número absoluto de empregos, os dois melhores resultados nos últimos 36 meses verificaram-se na fabricação de máquinas e equipamentos (10,4 mil) e em couro e calçados (7,2 mil) — a despeito de esses dois segmentos, como foi assinalado acima, terem sido os que mais eliminaram postos em 2023. O terceiro maior volume de vínculos adicionais, nesses três anos, ficou com veículos automotores (6,9 mil).

Para que se tenha a referência, no Brasil em seu conjunto, a indústria teve variação positiva do emprego, em 2023, de 1,5%. Foi o resultado menos expressivo dos cinco grupamentos setoriais, muito distante dos 3,5% do emprego total. O crescimento da IT ficou em 1,4%; já as indústrias extrativas, que têm participação muito pequena no setor, ainda assim merecem destaque pelo crescimento relativo (5,6%).

Retomando-se os resultados do Rio Grande do Sul, ao se examinarem as divisões da CNAE 2.0 em sua totalidade, não apenas as da IT, verifica-se que, em 2023, as maiores expansões relativas<sup>12</sup> do emprego formal ocorreram em publicidade e pesquisa de mercado (18,7%), transporte aquaviário (11,5%) e aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros (11,2%). Essas, e as duas que se seguem nesse ordenamento, são atividades com estoques pequenos de trabalhadores (a maior delas com 10,5 mil; a menor, com 1,2 mil, em dezembro último) e integram o setor serviços. Quanto aos destaques negativos, por esse critério das variações percentuais, a maior parte foi de segmentos da IT, já abordados. Entre os integrantes de outros setores, merecem menção captação, tratamento

<sup>12</sup> Desconsideraram-se as divisões da CNAE 2.0 que computavam menos de 1.000 trabalhadores formalmente vinculados, quer em dezembro último, quer no mesmo mês de 2022.

e distribuição de água (-30,8%) e obras de infraestrutura (-9,1%). Sobre o primeiro desses segmentos, vale assinalar que, em 2023, o Estado concluiu a privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), o que parece ter provocado um pesado impacto sobre a força de trabalho dessas atividades.

Tomando-se os volumes de empregos como parâmetro para o ordenamento, em 2023, a principal expansão entre as divisões da CNAE 2.0 foi a de serviços de alimentação, com 5,5 mil vínculos adicionais. Seguiram-se comércio varejista (5,4 mil), serviços de escritório (5,1 mil), saúde (5 mil) e comércio atacadista (4,5 mil) — vale dizer, atividades de serviços e os dois grandes ramos em que se subdivide o comércio. As retrações mais significativas, em número de postos, excetuadas as divisões da IT, ocorreram — também por esse critério — em obras de infraestrutura (-2,4 mil) e captação, tratamento e distribuição de água (-1,9 mil).

## 2.3 ATRIBUTOS PESSOAIS: FORTE REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES, TRABALHADORES JOVENS E INDIVÍDUOS COM ENSINO MÉDIO

Nesta subseção, analisam-se informações sobre os postos de trabalho adicionais gerados no Estado, buscando-se apreender quais grupos de indivíduos, segundo atributos pessoais, têm expandido sua participação no mercado formal, ponderadas as admissões e demissões pelas quais passaram no período. Concentra-se a observação no ano de 2023, mas recorre-se aos dois anos anteriores, para verificar quais tendências podem ser entendidas como de mais longa duração. Esse é um procedimento aproximativo, considerando-se que características pessoais como a idade, em especial, mas também a escolaridade, se alteram ao longo de vínculos de trabalho mais duradouros, mas o Novo Caged não “atualiza” as informações referentes a quem permanece no mesmo posto, mas sistematiza, tão somente, os dados dos indivíduos que, a cada mês, foram admitidos ou desligados. Com isso, essa não é uma base segura para se traçar um perfil confiável da força de trabalho empregada em um dado ponto do tempo. Ainda assim, ao permitir distribuir entradas e saídas — e, portanto, saldos — desse mercado, segundo idade, escolaridade e sexo, fornece uma aproximação sobre eventuais alterações nos estoques de empregados, a partir das probabilidades, diferenciadas para cada grupo, de sofrer mais desligamentos do que admissões, ou o contrário.

Como mostra a **Tabela 10**, em 2023, o saldo de postos formais ocupados por mulheres superou em 3,6 mil o dos homens. Foram 25,5 mil e 21,9 mil respectivamente, o que conferiu a elas uma fatia de 53,8% dos vínculos adicionais de trabalho gerados no ano. Observa-se que, já nos dois anos anteriores, havia sido registrado predomínio feminino no acesso aos postos, mas, em 2023, essa vantagem foi a mais elevada percentualmente. Já que, como foi enfatizado, o Novo Caged não totaliza os estoques empregados, mas apenas as movimentações, apresenta-se também na tabela — apenas como uma referência, já que as duas bases estatísticas não são plenamente compatíveis do ponto de vista metodológico — a distribuição dos estoques de emprego formal da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também do Ministério do Trabalho, em dezembro de 2021, última edição disponível. Ela indica que, ao menos em 2021, ainda era consideravelmente maior a participação de homens no mercado de empregos legalizados. A título de curiosidade, as participações que os dois sexos ostentavam no estoque daquele ano apresentavam-se quase perfeitamente invertidas no saldo de postos gerados em 2023. No último número deste Boletim, discutiram-se a distribuição setorial diferenciada do emprego de homens e mulheres e o quanto os resultados econômicos e ocupacionais dessas diferentes atividades poderiam condicionar a evolução dos saldos segundo o sexo, a cada conjuntura. No que se refere ao ano de 2023, a dominância dos serviços na produção do saldo positivo de empregos é plenamente compatível com a vantagem feminina, já que é o único setor do mercado formal cuja força de trabalho é majoritariamente (cerca de 60%) composta por mulheres (Pessoa; Anjos; Xavier Sobrinho, 2024).

Com relação à idade dos trabalhadores, a Tabela 10 permite verificar que, nos últimos três anos, foi fortemente acentuado o viés em favor do recrutamento de indivíduos muito jovens. Além disso, o ano de 2023 marcou um aprofundamento muito drástico dessa tendência. Considerando-se os indivíduos com menos de 18 anos, seus saldos equivaleram, em 2021, a 20% do saldo total; no ano seguinte, a 26,7%; em 2023, essa relação saltou para 55,1%. Já a faixa de 18 a 24 anos, nos mesmos anos, fez a seguinte progressão: de 58,4% oscilou para 59,6% e, no último ano, praticamente se igualou ao saldo total do mercado formal gaúcho, representando 97,5% dele. A soma da participação dos dois intervalos etários supera (em muito) os 100% porque é “compensada” pelas retrações de outras faixas. Em 2021 e 2022, apenas os dois segmentos mais idosos da distribuição (50 a 64 anos e 65 anos ou mais) haviam sofrido

encolhimento de seus contingentes, se considerados seus saldos negativos. As faixas intermediárias — mesmo fortemente sub-representadas na formação dos adicionais de emprego, se considerados como referência seus pesos na distribuição do estoque da RAIS de 2021 — tinham alcançado variações positivas. Chegando-se a 2023, entretanto, as quatro faixas etárias a partir dos 30 anos de idade computaram mais desligamentos do que admissões.

**Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de dez./2022-dez./2023 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2021, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul**

| DISCRIMINAÇÃO                     | NOVO CAGED |                  |                         |       | RAIS 2021 |
|-----------------------------------|------------|------------------|-------------------------|-------|-----------|
|                                   | Saldo em   | DEZ/23<br>DEZ/22 |                         |       | (31/DEZ)  |
|                                   |            | 2023             | Participação % no Saldo | 2022  | 2021      |
| <b>Sexo (total)</b> .....         | 47.394     | 100,0            | 100,0                   | 100,0 | 100,0     |
| Homens .....                      | 21.875     | 46,2             | 49,3                    | 47,1  | 53,2      |
| Mulheres .....                    | 25.519     | 53,8             | 50,7                    | 52,9  | 46,8      |
| <b>Faixa etária (total)</b> ..... | 47.395     | 100,0            | 100,0                   | 100,0 | 100,0     |
| Menos de 18 anos .....            | 26.119     | 55,1             | 26,7                    | 20,0  | 1,3       |
| De 18 a 24 anos .....             | 46.196     | 97,5             | 59,6                    | 58,4  | 14,2      |
| De 25 a 29 anos .....             | 1.157      | 2,4              | 10,4                    | 13,0  | 13,3      |
| De 30 a 39 anos .....             | -6.998     | -14,8            | 8,4                     | 11,1  | 28,2      |
| De 40 a 49 anos .....             | -2.228     | -4,7             | 6,4                     | 7,1   | 23,4      |
| De 50 a 64 anos .....             | -12.497    | -26,4            | -7,5                    | -6,6  | 17,8      |
| 65 ou mais .....                  | -4.354     | -9,2             | -4,1                    | -3,0  | 1,7       |
| <b>Escolaridade (total)</b> ..... | 47.394     | 100,0            | 100,0                   | 100,0 | 100,0     |
| Analfabeto .....                  | 405        | 0,9              | 0,6                     | 0,6   | 0,2       |
| Fundamental incompleto .....      | -2.699     | -5,7             | 3,3                     | 4,3   | 10,0      |
| Fundamental completo .....        | -411       | -0,9             | 4,0                     | 4,8   | 8,8       |
| Médio incompleto .....            | 9.771      | 20,6             | 15,7                    | 17,2  | 7,8       |
| Médio completo .....              | 41.460     | 87,5             | 67,5                    | 60,4  | 45,1      |
| Superior incompleto .....         | 297        | 0,6              | 4,8                     | 7,5   | 6,3       |
| Superior completo .....           | -1.429     | -3,0             | 4,2                     | 5,3   | 21,7      |

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024).  
RAIS (Brasil, 2022).

Considerando-se, por fim, os saldos segundo intervalos de escolaridade, também aqui os resultados de 2023 revelam um aprofundamento das tendências detectadas nos anos anteriores. Em 2021 e 2022, a despeito da clara sobrerrepresentação dos trabalhadores com ensino médio completo e incompleto na formação dos saldos — considerada sua ponderação no estoque da RAIS —, todos os outros níveis conquistaram alguma parcela do crescimento do emprego total. Em 2023, diferentemente, houve redução absoluta do número de indivíduos com ensino fundamental incompleto e mesmo completo. Essa é uma tendência que facilmente se associa a mudanças virtuosas do perfil da população e da População Economicamente Ativa, especialmente à progressiva universalização do acesso à Educação Básica para as gerações mais novas. Ainda assim, pode ser considerada abrupta a mudança na composição dos saldos do Novo Caged para essa faixa em 2023. Afora isso, para além do estreitamento das oportunidades de emprego para os indivíduos menos escolarizados (e de seu encolhimento como parcela da força de trabalho), o ano de 2023 marcou, no Estado, a retração de 1,4 mil vínculos de trabalho formal para detentores do título de ensino superior completo, na contramão da expansão do emprego total. Essa evidência fragiliza interpretações no sentido de que o viés em favor dos indivíduos com ensino médio completo possa expressar uma elevação dos requerimentos de escolaridade (como *proxy* de qualificação) por parte do tecido produtivo. Os trabalhadores com ensino superior incompleto tiveram pequeno saldo positivo, em 2023, mas sua participação relativa no total de novos empregos foi residual (0,6%), equivalendo à décima parte da representatividade dessa categoria no total de trabalhadores formais do Estado em 2021, segundo a RAIS (6,3%).

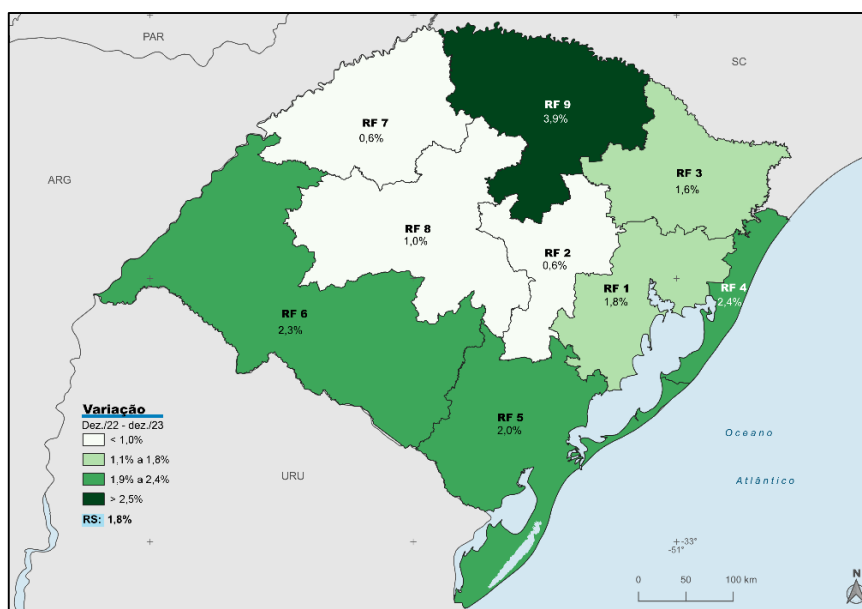
## 2.4 OS RESULTADOS NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS E SUA DIVERSIDADE

A heterogeneidade regional, no comportamento do emprego gaúcho, fez-se presente com grande intensidade, em 2023, embora todas as regiões tenham logrado variações positivas (**Mapa 1**). Esses percentuais distribuíram-se entre um mínimo de 0,6% — que foi o resultado tanto da RF 2 (nucleada por Santa Cruz do Sul, Lajeado e Venâncio Aires) quanto da RF 7 (em que se destacam Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo) — e um máximo de 3,9%, na RF 9 (cujos maiores empregadores são os municípios de Passo Fundo e Erechim). Assim, o resultado mais moderado limitou-se a um terço do registrado no agregado do Rio Grande do Sul; no outro extremo, o melhor desempenho representou o dobro do estadual.

A RF 2, região dos Vales do Taquari e Rio Pardo, passou por eventos climáticos extremos no segundo semestre de 2023, o que teve impacto considerável e difuso em sua economia. As mais acentuadas retrações líquidas do emprego formal ocorreram, em 2023, em pequenos municípios da região, como Westfália, Teutônia e Poço das Antas, que, juntos, eliminaram 1,8 mil postos, mais de 13% do estoque de que dispunham ao final de 2022. Esses cortes concentraram-se na indústria de alimentos, mais precisamente no segmento de carnes, em que a crise da cooperativa Languiru foi decisiva. A RF 7, do Noroeste do Estado, que compartilhou com a RF 2 a última posição, ressentiu-se especialmente do mau desempenho, acima destacado, da indústria de máquinas e equipamentos, que realizou centenas de demissões em municípios como Horizontina — onde esse segmento industrial define a pulsação de toda a economia local. Outro segmento que deprimiu o resultado agregado da região foi a produção de sementes, que eliminou 1,4 mil vínculos formais de emprego no pequeno município de Santo Augusto.

Na RF 9, isolada na condição de liderança, no Estado, na geração de empregos em 2023, o saldo de novos postos concentrou-se nos maiores municípios, Passo Fundo e Erechim, que detinham, ao final desse ano, 43% do estoque de vínculos formais da região. Esses dois municípios geraram 54% dos empregos adicionais, mais da metade dos quais no setor serviços, com destaque para atividades administrativas e atividades profissionais, científicas e técnicas. No conjunto da região, a indústria de carnes teve um desempenho bastante positivo, ao contrário do que se verificou na RF 2.

**Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — dez./2022-dez./2023**

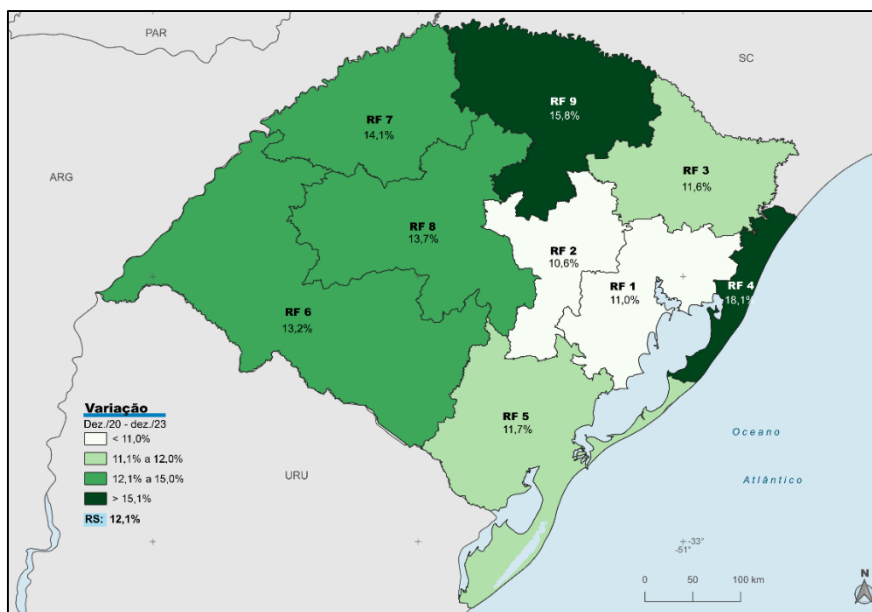


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024).

Aplicando-se, também na análise das RFs gaúchas, o procedimento de acumular as variações do emprego formal nos últimos 36 meses (**Mapa 2**), constata-se um grau muito menor de dispersão entre elas: se, nos resultados de 2023, o percentual de variação da região que mais cresceu correspondia ao sêxtuplo do alcançado pela última colocada, no cômputo desses três anos a diferença não chega ao dobro, com as variações distribuindo-se entre os

10,6% da RF 2 e os 18,1% da RF 4 (capitaneada por Capão da Canoa, Osório, Torres e Tramandaí). Essa última RF, no Litoral Norte, apresenta taxas de crescimento demográfico positivamente diferenciadas, no contexto do Estado, já desde, pelo menos, a década de 90. Entretanto, à eclosão da pandemia, associou-se um novo impulso na expansão de seu mercado formal de trabalho, especialmente nos anos de 2020 e 2021, mais marcados pelo imperativo do isolamento social — tema já abordado em números anteriores do Boletim. Por certo, o Novo Caged, tendo-se iniciado em janeiro de 2020, não fornece parâmetros comparativos de períodos anteriores à emergência sanitária. Mais recentemente, como se constatou nos resultados de 2023, as taxas de crescimento do Litoral vêm convergindo para um patamar mais próximo ao da média estadual.

**Mapa 2 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — dez./2020-dez./2023**



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2024).

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No nível nacional e nas diferentes regiões do País, o crescimento do mercado de trabalho formal prosseguiu, em 2023, mas teve amainada a intensidade dessa expansão, relativamente aos anos anteriores, aos quais a conjuntura de enfrentamento e gradativa superação da pandemia de COVID-19 havia conferido um componente de excepcionalidade. Após variações anualizadas que superaram os 8% no País e os 7% no Estado, em meados de 2021, a cadência do crescimento do emprego formal foi gradativamente se reduzindo. No último quadrimestre de 2023, registre-se, essas taxas parecem ter encontrado uma certa estabilidade, já em patamar bem mais moderado. Em 2023, o mercado formal do Brasil cresceu 3,5%, e o do Rio Grande do Sul, 1,8%.

O Estado foi, mais uma vez, o último colocado no ordenamento das variações anuais do emprego nas 27 UFs. Isso se verificou não apenas no que se refere ao ano de 2023, mas também ao acumulado dos últimos 36 meses desde o final de 2020. Os demais estados da Região Sul e alguns dos maiores da Região Sudeste, como São Paulo e Minas Gerais, acompanham de perto o RS nessas últimas posições, enquanto os mais expressivos percentuais de crescimento do emprego se concentram em UFs da Região Norte, especialmente, mas também nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, que parecem estar cumprindo, em certa medida, o papel de novas fronteiras de expansão.

A elevação do emprego gaúcho, em 2023, pode ser creditada quase exclusivamente ao setor serviços, que concentrou 92% do saldo. Indústria e construção enfrentaram retração de seus contingentes. Também no acumulado de 36 meses, esses dois setores diferenciaram-se negativamente, registrando as expansões mais modestas. Chama a atenção o fato de que 11 dos 24 segmentos da indústria de transformação do Estado fecharam 2023 com menos trabalhadores do que iniciaram, o que indica dificuldades consideravelmente espalhadas.

A análise dos atributos pessoais dos trabalhadores admitidos e desligados permitiu detectar que a formação dos saldos positivos exacerbou tendências já verificadas já nos dois anos anteriores. Predominaram, no acesso aos vínculos adicionais de emprego formal criados, as mulheres, os trabalhadores muito jovens e os indivíduos com ensino médio completo ou incompleto. Pela primeira vez na série de resultados anualizados — cuja extensão é, por certo, ainda relativamente curta —, um crescimento do emprego total conviveu com perda líquida de contingente nas quatro faixas de trabalhadores com idades superiores a 30 anos. O mesmo se verificou para os empregados com ensino superior completo.

As nove Regiões Funcionais do Estado registraram, em 2023, alguma elevação dos seus estoques de empregados formais, configurando-se, todavia, uma dispersão acentuada dos seus percentuais de crescimento, os quais se distribuíram entre 0,6%, na RF 2 (dos Vales) e na RF 7 (Noroeste), e os 3,9% atingidos na RF 9 (Norte).

## REFERÊNCIAS

---

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 5, n. 4, 2023. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 29 jan. 2024

BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADcIBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADcIBGE/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 04 mar. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: dezembro 2023. Brasília, DF: MTE, 2024. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 06 mar. 2024.

CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura**. Brasília: IPEA, n. 52, 3º trimestre, p. 1-17, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917\\_cc\\_52\\_nota\\_25\\_rendimentos\\_do\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf). Acesso em: 22 set. 2021.

CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.º trimestre de 2021. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2022. (Nota Técnica n. 55). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2021-nt-dee-34.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 4.º trimestre de 2022. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023a. (Nota Técnica n. 73). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-4-trim-2022-nt-dee-72.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 3.º trimestre de 2023. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023b. (Nota Técnica n. 86). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-3-trim-2023-nt-dee-72.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2024.

HOFFMANN, H.; BOTASSIO, D.; JESUS, J. **Distribuição de renda** — medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização. São Paulo: Edusp, 2019.

IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_Tecnica\\_022016.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf). Acesso em: 12 maio 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2024a. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Microdados/2023](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2023). Acesso em: 21 fev. 2024.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 19 fev. 2024.



IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 4.º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms\\_498929.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf). Acesso em: 12 ago. 2020

LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2023. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 3 maio 2023.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Genebra: OIT, 2013. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms\\_234036.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf). Acesso em: 5 jun. 2019.

PESSOA, D.; DAMICO, A.; JACOB, G. **Package convey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/convey/index.html>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PESSOA, M. L.; ANJOS, G. dos; XAVIER SOBRINHO, G. G. de F. **Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento Governança e Gestão/Departamento de Economia e Estatística, 2024. (Cadernos ODS). Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/cadernos-ods>. Acesso em: 07 mar. 2024.



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL